



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO  
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – POLO  
ALTO PARAÍSO GO

EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA A ESTUDANTES COM  
NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Ivani Beserra Pereira

ALTO PARAÍSO-GO

2012

EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA A ESTUDANTES COM NECESSIDADES  
EDUCATIVAS ESPECIAIS

IVANI BESERRA PEREIRA

Projeto de Pesquisa apresentado como  
requisito parcial para a aprovação na disciplina  
de Trabalho de Conclusão de Curso II do Curso  
de Licenciatura em Educação Física do  
programa UAB da Universidade de Brasília  
Pólo Alto Paraíso - GO

JOSÉ MANOEL MONTANHA

## **DEDICO**

Ao meu esposo e filho, que me transmitem a coragem para seguir a caminhada, percorrer os caminhos necessários e chegar ao destino final. A vocês queridos, que sem saber e sem querer, fazem o exercício do verdadeiro amor e o princípio fundamental da família.

## **AGRADEÇO**

A Deus, pela dádiva de transpor mais este obstáculo.

A minha família e amigos que sempre me apoiaram em todos os instantes de minha vida, sem medir esforços para que eu alcançasse mais uma vitória em minha vida.

Aos colegas de turma, pela amizade e companheirismo demonstrados ao longo destes quatro anos de estudos..

Ao meu orientador José Manoel Montanha da Silveira Soares, por seu apoio e inspiração no amadurecimento dos meus conhecimentos e conceitos que me levaram a execução e conclusão desta Monografia.

Aos professores do curso pelo apoio, incentivo, simpatia e presteza e aos demais idealizadores, coordenadores do curso de Licenciatura em Educação Física.

*Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.”*

Paulo Freire

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo realizar uma reflexão acerca da Educação Física Especial no ensino público regular, levando os profissionais da área a repensarem a EF como uma prática inclusiva. Para isso, procurei demonstrar que apesar da existência de legislação própria que trata do assunto, a EF ainda continua sendo conduzida de forma competitiva, excludente e seletiva para os Portadores de Necessidades Especiais matriculados na rede pública de ensino. Em contrapartida relata que, para desenvolver uma educação inclusiva e significativa, é necessária uma mudança de atitude nos segmentos que compõem a escola, principalmente do professor, que se mostra despreparado para atuar neste segmento sem comprometer o processo pedagógico em questão. Busquei entender a maneira como é entendida a educação destes sujeitos e a estruturação das práticas educativas cotidianas de uma escola regular visando o pleno atendimento de pessoas com necessidades especiais que permeiam o mesmo ambiente. Adiante relatamos as dificuldades encontradas pelo corpo docente para adequar os elementos didático/pedagógicos utilizados para o acompanhamento de tais alunos. Constatei que apesar do ambiente acolhedor da escola e do interesse e ações do corpo docente as atividades realizadas junto aos alunos são intervenções pedagógicas pouco inclusivas, proporcionando uma baixa integração dos PNE na realidade escolar. Vale ressaltar também que a valorização e formação dos professores será fundamental para alterar esse quadro preocupante.

Palavras-chave: Educação Física Especial, PNE e educação inclusiva.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**CEDF** – Conselho de Educação do Distrito Federal

**CEF** – Centro de Ensino Fundamental

**EF** – Educação Física

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases

**MEC** – Ministério da Educação

**PNE** – Portadores de Necessidades Especiais

**PCN** – Parâmetros Curriculares Nacionais

**SEED** – Secretaria de Estado de Educação

**TDAH** – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

**TGD** – Transtorno Global de Desenvolvimento

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>2. Justificativa.....</b>	<b>11</b>
<b>3. Objetivo Geral.....</b>	<b>12</b>
<b>3.1 – Objetivos Específicos.....</b>	<b>12</b>
<b>4. Revisão De Literatura .....</b>	<b>12</b>
<b>4.1. A Educação Especial e sua História no Brasil.....</b>	<b>12</b>
<b>4.2. Formação de professores e a inclusão de pessoas com necessidades educativas no ensino fundamental.....</b>	<b>16</b>
<b>4.3. Educação física adaptada, a busca por atividades que integrem o aluno PNE ao ensino regular.....</b>	<b>19</b>
<b>4.4. A busca por um caminho para uma prática inclusiva que compreenda as reais necessidades do público em questão.....</b>	<b>20</b>
<b>4.5. A Realidade atual da Educação Especial e Inclusiva nas escolas públicas do Brasil.....</b>	<b>22</b>
<b>4.6 - A necessidade da utilização da Educação Física Adaptada no ensino de PNE.....</b>	<b>24</b>
<b>4.7 - História da Educação Física Adaptada no Mundo.....</b>	<b>25</b>
<b>4.8 - Educação Física Adaptada: conceitos e objetivos.....</b>	<b>27</b>



<b>4.9 - Educação Física e Pessoas com Deficiência na Escola Pública.....</b>	<b>28</b>
<b>4.10 - Os caminhos metodológicos da Educação Física na Educação Especial.....</b>	<b>30</b>
<b>4. 11 – A Política Nacional de Educação Especial.....</b>	<b>32</b>
<b>5. Metodologia.....</b>	<b>34</b>
<b>6 - Discussão dos Resultados.....</b>	<b>46</b>
<b>7 - Análise dos Resultados.....</b>	<b>50</b>
<b>7.1 – Análise das Entrevistas.....</b>	<b>51</b>
<b>7.2 – Realidade da Escola.....</b>	<b>54</b>
<b>7.3 – Atendimentos da Escola.....</b>	<b>57</b>
<b>8 – Considerações Finais.....</b>	<b>59</b>
<b>9 - Referências Bibliográficas.....</b>	<b>62</b>
<b>10 – Anexos.....</b>	<b>65</b>

## 1- INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades especiais na educação física torna-se um desafio na sua história, a educação física no Brasil do século XIX e início do século XX, estava voltada para formar indivíduos fortes e saudáveis, deixando de lado os corpos “doentes”, gerando com isso uma forma de exclusão (SANTIN, 2001). A educação física estava mais voltada na escola para a preparação física, deixando de lado a formação por completo dos alunos.

Por receio ou mesmo preconceito, a maioria dos alunos com necessidades especiais tendem a ser excluídos das aulas de educação física, mas a participação nessa aula pode trazer muitos benefícios para esses alunos, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades perceptivas, afetivas, de integração e inserção social, que levam este aluno a uma maior condição de consciência, em busca da sua futura independência (PCN, 1998).

O professor de educação física deve sempre garantir condições de segurança para o aluno com necessidades especiais, deve fazer adaptações, criar situações de modo a possibilitar a sua participação, sempre visando todas as possibilidades que favoreçam o princípio da inclusão. Além disso, o professor de educação física deve favorecer o desenvolvimento e o aperfeiçoamento motor de seu aluno, onde se encontram a força muscular, a coordenação motora, a flexibilidade corporal, o equilíbrio motor, a velocidade e a resistência e além do desenvolvimento motor deve favorecer o desenvolvimento da formação humana e da afetividade dos alunos, como responsabilidade, cooperação, respeito pelos outros, solidariedade, organização, criatividade, confiança em si mesmo (GALLARDO, 2004).

O presente estudo tem por objetivo verificar as dificuldades e as necessidades dos professores de educação física, junto à direção e a comunidade escolar, analisando e refletindo quanto à realidade educacional do Centro de Ensino Fundamental 16 de Ceilândia Norte, em especial com os problemas ligados à Educação Física Adaptada para pessoas com necessidades educacionais especiais e suas possíveis contribuições sociais e

educativas. Dessa maneira o educador passa a refletir sobre o papel da mediação social para a necessária transformação cultural dentro da escola.

Nesse sentido, busco entender quais as contribuições sociais e educativas da Educação Física Adaptada para Alunos com de Necessidades Especiais na Escola?

Com a educação física adaptada para alunos com necessidades especiais na escola, pretendo averiguar através dessa pesquisa, educacional buscar e garantir a todos os alunos a possibilidade de usufruir de jogos, esportes, danças, lutas e ginástica em benefício do exercício crítico da cidadania. Tornando visível aos nossos professores a importância da presença desses alunos nas aulas de educação física escolar.

## **2 - JUSTIFICATIVA**

A infância é a etapa do desenvolvimento humano decisiva na vida do sujeito. É onde se constrói a base para o desenvolvimento da afetividade, personalidade e inteligência. Teóricos como Vygotsky e Piaget apontam para a importância da estimulação das crianças, através de uma interação social que lhes transmita aceitação e segurança. Partindo, então, dos pressupostos da Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, podemos sugerir que, no caso das crianças com deficiência, é ainda mais fundamental a estimulação já nos primeiros anos de vida, buscando o desenvolvimento das suas potencialidades e um enfrentamento positivo com as limitações provocadas pela deficiência.

O desafio da Educação Inclusiva, brasileira é a implantação de uma educação de qualidade e com a organização de escolas que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação e que reconheçam as diferenças como fator de enriquecimento no processo educacional. Que a escola tem papel fundamental no processo de inserção do deficiente na sociedade já é consenso e também um direito assegurado por lei. A questão agora é meramente prática, diz respeito ao dia-a-dia do professor em sala de aula. Essa nova concepção parte do princípio que crianças normais convivendo com as deficientes desde cedo aprendem a respeitar e valorizar as diferenças. Os números do Censo Escolar mostram que está havendo de fato uma

movimentação nesse sentido. Cada vez mais, os alunos que necessitam de atendimento especial nas escolas estão ingressando em classes do ensino regular. Dados do Inep (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais), no período de 1998 a 2001, mostram que o número de matrículas cresceu 54%, enquanto nas instituições exclusivamente especializadas para portadores de deficiência o aumento foi de 17%.

### **3 - OBJETIVO GERAL**

Analisar a inclusão de estudantes PNE em uma escola pública na cidade de Ceilândia DF.

#### **3.1 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Verificar a preparação pedagógica da escola para receber alunos com deficiência física e outras deficiências..
- Verificar as dificuldades dos alunos PNE em interagir com demais alunos durante as aulas de Educação Física

### **4 - REVISÃO DE LITERATURA**

#### **4.1. A Educação Especial e sua História no Brasil.**

Mazzotta (2003) cita que a inclusão da "educação de deficientes", da "educação dos excepcionais" ou da "educação especial" na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta no século XX, em tempos bastante tardios.

No Segundo Império, afirma Mazzotta (2003), há registros de outras ações voltadas para o atendimento pedagógico ou médico-pedagógico aos deficientes. Em 1874 o Hospital Estadual de Salvador, na Bahia, hoje denominado Hospital Juliano Moreira, iniciou a assistência as pessoas com deficiência intelectual deficientes mentais. Tratava-se de assistência médica e não propriamente atendimento educacional.

Por volta de 1915 foram publicados três outros importantes trabalhos sobre a educação de deficientes mentais: 'A Educação da Infância

Anormal da Inteligência no Brasil', de autoria do Professor Clementino Quaglio, de São Paulo; 'Tratamento e Educação das Crianças Anormais da Inteligência' e 'A Educação da Infância Anormal e das Crianças Mentalmente Atrasadas na América Latina', obras de Basílio de Magalhães, do Rio de Janeiro. Na década de vinte, o importante livro do Professor Norberto de Souza Pinto, de Campinas (SP), intitulado 'Infância Retardatária'. (MAZZOTTA, 2003, p.30-31).

As obras supracitadas deram início às pesquisas científicas e ao atendimento a pessoas com deficiência no país. Em relação aos estabelecimentos de ensino regular, até 1950 havia quarenta instituições mantidas pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais. (MAZZOTTA, 2003).

Nesta mesma época, três instituições especializadas atendiam deficientes mentais e outras oito dedicavam-se à educação de outros tipos de deficiências. As onze instituições especializadas destacavam-se: em Santa Catarina, no município de Joinville, o Colégio dos Santos Anjos, de ensino regular particular fundado em 1909, com atendimento a deficientes mentais. E, a Escola Especial Ulisses Pernambucano, estadual, especializada em deficientes mentais, instalada em 1941; criado em 1926, no Rio Grande do Sul, em Canoas o Instituto Pestalozzi, particular, especializado em deficientes mentais; em Porto Alegre, o Grupo Escolar Paula Soares, estadual, regular, com atendimento a deficientes mentais, criado em 1927. A Fundação Dona Paulina de Souza Queiroz, particular, especializada; Lar-Escola São Francisco e Grupo Escolar Visconde de Itaúna, com atendimento a deficientes mentais, criadas em 1950. (MAZZOTA, 2003).

O Instituto Pestalozzi de Canoas no Rio Grande do Sul, de acordo com Mazzotta (2003), criado por um casal de professores, introduziu no Brasil a concepção da ortopedagogia das escolas auxiliares, européias. Em 1927, o centro que era em Porto Alegre - RS foi transferido para Canoas, como internato especializado no atendimento de deficientes mentais.

Inspirado na concepção da Pedagogia Social do educador suíço Henrique Pestalozzi, o Instituto Pestalozzi do Rio Grande do Sul foi precursor de um movimento que, ainda que com divergências e variações, se expandiu pelo Brasil, e pela América do Sul. (MAZZOTTA, 2003, p. 42).

Em 1940, a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais instalou no município de Ibirité, nos arredores de Belo Horizonte, uma Granja-Escola na Fazenda do Rosário, proporcionando experiências em atividades rurais, trabalhos artesanais, oficinas e mantendo cursos para preparo de pessoal especializado.

O deficiente auditivo também passa a ser atendido no Brasil com maior qualidade, pelo Instituto de Santa Terezinha em Campinas - SP, porém em 1933 foi transferido para São Paulo. (MAZZOTTA, 2003). Em São Paulo, em 1928 foi criado o Instituto de Cegos "Padre Chico", que em 1990 passou a chamar-se "Fundação Dorina Nowil" para cegos.

O atendimento a deficientes físicos começou em São Paulo, na Santa Casa de Misericórdia, de forma escolar. Em 1931-1932 quando foi criada outra classe especial estadual, na Escola Mista do Pavilhão Fernandinho, que funcionava como modalidade de ensino hospitalar e em 1982 passaram a funcionar no Hospital Central da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, com dez classes especiais estaduais administrativamente classificadas como Escolas Isoladas sob a Jurisdição da 13ª Delegacia de Ensino da Capital. (MAZZOTTA, 2003). Em 1973, por ato do Presidente Médici, a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) do Rio de Janeiro recebeu em comodato, uma área na Rua Prefeito Olímpio de Melo, onde instalou o Centro de Treinamento Profissional. (MAZZOTTA, 2003).

Após, foi criado o Instituto Benjamin Constant – (IBC) para cegos, em 1942 e 1949, no Rio de Janeiro. Eles publicavam a revista brasileira para cegos a qual passou a ser distribuída gratuitamente as pessoas cegas que solicitassem, pela Portaria Ministerial nº 504 de dezessete de setembro de 1949. (MAZZOTTA, 2003). No período de 1951 a 1953 passou a realizar cursos de formação de professores em convênio com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP, realizado pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. (MAZZOTTA, 2003). Em 1975, foi assinada a portaria nº 550 pelo Ministro Ney Braga, em vinte e nove de outubro, concebendo a CENESP (Centro Nacional de Educação Especial), abrangendo todas as deficiências.

Conforme Mazzotta (2003, p. 56), o artigo 2º declara que: O CENESP tem por finalidade planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, da audição, mentais, físicos, portadores de deficiências múltiplas, educandos com

problemas de conduta e os superdotados, visando à sua participação progressiva na comunidade, obedecendo aos princípios doutrinários, políticos e científicos que orientam a Educação Especial.

Observa-se que o órgão foi criado com a finalidade de incluir todas as deficiências no atendimento escolar desde a pré-escola até o superior incluindo até mesmo o ensino supletivo, promovendo, coordenando e planejando o desenvolvimento da Educação Especial no Brasil. Em quinze de março de 1990 as atribuições relativas à Educação Especial passaram a ser da Secretaria Nacional de Educação Básica - SNEB. Que, conforme Mazzotta (2003, p. 59):

Por outro lado, mais recentemente se tem registrado a organização dos movimentos de pessoas com deficiência. Onde estes têm levado suas necessidades ao conhecimento dos organismos governamentais em todos os níveis da organização social e pouco a pouco percebe os fazendo esforços para assegurar que, de alguma forma, suas necessidades sejam satisfeitas de modo mais eficiente.

Reconhecer a importância da participação das pessoas com deficiência no planejamento e na execução dos serviços e recursos a eles destinados é, sem dúvida, um imperativo de uma sociedade que pretende ser democrática. A capacidade de pressão dos grupos organizados por pessoas com deficiência tem sido evidenciada na própria elaboração da legislação sobre os vários aspectos da vida social, nos últimos dez anos no Brasil.

A maior conquista está na Constituição Federal de 1988. Nesta constituição através do Capítulo V: da Educação Especial, nos Artigos 58, 59 e 60 com seus Parágrafos e Incisos determinam os direitos garantidos as pessoas com deficiências. (LDB/9394/96 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO). A educação é feita de paradigmas, ou seja, modos de conceber e compreender a realidade. Atualmente, o mais novo paradigma educacional é a inclusão escolar, que defende a escola regular como espaço educacional de todos os alunos. Nasceu para se contrapor ao paradigma da exclusão escolar, em que alguns alunos eram segregados da escola regular por apresentarem características diferentes das esperadas pela instituição escolar.

Nesta perspectiva, a escola regular deve estar apta para receber todos os alunos, independente das características que possam apresentar. Ela é o

espaço educacional que deve ser usufruído por todos. Os alunos não devem mais ficar de “fora da escola” e mais do que isso, não devem mais ser segregados em espaços escolares diferenciados ou mesmo excluídos dentro da classe comum.

#### **4.2. Formação de professores e a inclusão de pessoas com necessidades educativas no ensino fundamental.**

Muitos são os desafios encontrados para a prática de uma Educação Física inclusiva nas escolas de ensino regular. Diante de tais desafios, pode-se citar a falta de preparo dos professores como um dos problemas a ser discutido diante de tal tema. Faz-se necessário, portanto, discutir alguns desses desafios para que então se possa refletir com propriedade o tema exposto neste projeto.

Segundo Leucas (2012, p. 27), “Almeida Júnior (2002), ao observar o cotidiano de professores em contextos de mudança, identificou saberes construídos pelo docente com base em situações de desafios enfrentados no cotidiano”. Um dos desafios enfrentados pelos docentes tem sido lidar com o aluno diferente, o que exigiu a construção de novas estratégias, de novas respostas, de novos saberes.

Ainda hoje é comum professores receberem alunos com deficiência e se sentirem sozinhos, sem apoio, recursos ou formação para executar um bom trabalho. Desta forma, convencida de que existem muitos obstáculos que impedem que os direitos dos portadores de necessidades especiais sejam inseridos nas salas de aula do sistema regular de ensino, é chegado o momento dos nossos governantes em parceria com as universidades, adentrar a educação especial e a escola regular, no intuito de descobrir quais são as informações necessárias, estratégias adequadas, procedimentos e metodologias de ensino para esses os alunos e professores.

Como claramente é indicado nos resultados de pesquisas na área, os professores não estão preparados para a inclusão desses alunos portadores de necessidades especiais nas aulas de Educação Física. A participação do aluno PNE em aulas de Educação Física pode auxiliar na sua inclusão de toda comunidade escolar.



De acordo com Aguiar (2004), a partir da Constituição da República Federativa de 1988 aumentou o número de estudos sobre a participação de deficientes em aulas no Brasil. Permanecendo evidente que na educação esse tema foi mais abordado a partir do ano de 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Segundo Monteiro (2010) “Para Duarte (2003) ‘somente a partir da última década, os cursos de educação física colocaram, em seus programas curriculares, conteúdos relativos às pessoas portadoras de necessidades especiais’, entretanto há dificuldades em adquirir materiais didáticos que facilitem as formas de trabalhar com esse público”.

Como início do projeto de inclusão, a Educação Física deve ter o aluno como elemento fundamental. Deve-se ainda ampliar as competências a todos os discentes, dando condições para que tenha livre acesso as teorias que propõem estratégias adequadas, evitando a exclusão ou alienação.

Com base nos princípios teóricos educacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física para o Ensino Fundamental expressa, em seus objetivos gerais, a expectativa que os alunos sejam capazes de:

Participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros alunos, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais [...]; Participar de diferentes atividades corporais, procurando adotar uma atitude cooperativa e solidária, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais [...]; Participar de atividades corporais, reconhecendo e respeitando algumas de suas características físicas e de desempenho motor, bem como as de seus colegas, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais [...]; Conhecer, valorizar, apreciar e desfrutar de algumas das diferentes manifestações de cultura corpórea, adotando uma postura não preconceituosa ou discriminatória por razões sociais, sexuais ou culturais

(BRASIL, 1997, p. 43-72).

Mas mesmo que os professores estejam devidamente preparados para atender ao desafio proposto, surge ainda outra barreira ser vencida, que é conseguir o apoio de toda a sociedade na inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular. Dessa forma, a inclusão dos alunos

portadores de necessidades especiais e o apoio de seus familiares são de suma importância para a implantação da Educação Inclusiva no Brasil. O apoio da Educação Especial é indispensável para a prática e o êxito da Educação Inclusiva em nosso país.

De acordo com Glat (2007) a educação inclusiva, como está configurada hoje, é obra de um processo de transformação das concepções teóricas e das práticas da Educação Especial, as quais vêm, historicamente, acompanhando os movimentos sociais e políticos em prol dos direitos das pessoas com deficiências.

Para Glat (2007) a proposta da educação inclusiva deve ser articulada numa luta pela melhoria e pela transformação da educação de um modo geral. Assim sendo, tal articulação não deve ser desconectada dos debates no campo da economia, da política, do social e do cultural, pois se trata de dimensões que exercem pressões na sociedade brasileira atual. Faz ainda uma clara relação entre a Educação Especial e a Educação Inclusiva. Fornecem referências aos documentos que regulamenta a Educação inclusiva, identificando-a como uma política educacional.

A educação inclusiva é atualmente a política educacional oficial do país, amparada pela legislação em vigor e convertida em diretrizes para Educação Básica dos sistemas federal, estaduais e municipais de ensino, conforme a Resolução CNE/CEB 2 de 2001: art.2º: Os sistemas de ensino devem matricular a todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (GLAT, 2007. p 23).

Aderimos às palavras de Glat (2007) ao expor que a inclusão é a política educacional brasileira e mundial para as pessoas com necessidades especiais. Portanto, o que se deve fazer é conscientizar e capacitar os profissionais da educação para a inclusão.

De acordo ainda com Glat (2007) existe uma clara relação entre a Educação Especial e a Educação Inclusiva. Fornece referências aos documentos que regulamenta a Educação inclusiva, identificando-a como uma política educacional, proporcionando uma discussão sobre a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais, a importância do apoio de seus

familiares e como foi a implantação da Educação Inclusiva no Brasil. A reflexão apresentada no texto, é a de que o apoio da Educação Especial é indispensável para o êxito da Educação Inclusiva em nosso país. Dessa forma, o texto aborda claramente dos objetivos desta pesquisa, que é de implantar a educação Inclusiva na escola do meu município.

A Escola Inclusiva é uma tendência internacional deste final de século. É considerada Escola Inclusiva aquela que abre espaço para todas as crianças, abrangendo aquelas com necessidades especiais. O desafio principal desse tipo de escola é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola que dê conta da diversidade das crianças e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades, solicitando apoio de instituições e especialistas, quando isso se fizer necessário. É uma meta a ser perseguida por todos aqueles comprometidos com o fortalecimento de uma sociedade democrática, justa e solidária

(BRASIL, 1996).

O apoio dos governantes é essencial para iniciar esse projeto de inclusão. É da parte destes que deve firmar-se o compromisso de inseri-la em nossas escolas através do auxílio técnico pedagógico especializado, estrutura adaptada e material didático adequado. Outro ponto interessante é que a Educação Inclusiva na Educação Física para portadores de necessidades especiais se dá por meio da Educação Física Adaptada. É o propósito desta pesquisa abordar tais temas, pois os mesmos são de suma importância para os resultados do estudo.

#### **4.3. Educação física adaptada, a busca por atividades que integrem o aluno PNE ao ensino regular.**

Existe a suposição de que todos os alunos na escola, sem exceção, devem participar da vida cotidiana escolar, na qual há de ser desenvolvido um trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente, e em qualquer área de ensino. Dessa forma, considerando os novos rumos da Educação Especial, não podemos mais pensar em Educação Especial sem estar vinculada da Educação Geral. A Educação Física, conseqüentemente, deve

promover atividades adaptadas que atendam a todos, sejam quais forem os seus estados físicos e mentais.

Uma das formas do deficiente físico criar um novo conceito do seu corpo é através das atividades físicas, passando assim a desenvolver todo o seu potencial, organizando assim suas idéias, modificando sua forma de se comportar diante da condição física existente.

A Educação Física por meio de suas especificidades estará contribuindo de forma significativa no processo de inclusão escolar quando, por intermédio de suas práticas coletivas, valorizar as diferenças e respeitar a diversidade, observando sempre as capacidades e habilidades individuais e praticando uma intervenção consciente e responsável (FERREIRA, 2006, p. 72).

Para que o aluno portador de necessidades especiais tenha uma auto-estima elevada, deverá perceber que pertence ao grupo e que é estimado e reconhecido pelo professor, colegas e por si próprio, sentindo-se membro integrante desse grupo. No entanto, deverá seguir as mesmas regras e aceitar as limitações de cada colega, sem deixar de tentar vencer as dificuldades.

A educação física escolar é a forma em que os alunos com necessidades especiais podem se encontrar para redescobrir a vida de maneira ampla e global. Onde promove a integração social, levando o aluno a descobrir que é possível, a despeito das limitações corporais, ter uma vida normal e saudável. O que acontece atualmente é um abuso corporal estabelecida pelo próprio sujeito, onde o seu corpo deve estar inserido nos padrões sociais não importando a condição fisiológica em que este se encontra.

“A atividade física, se bem aplicada é uma excelente ferramenta de inclusão” (FERREIRA, 2010, p.17). Nesse sentido, a atividade física, seja como esporte, seja como lazer, vem primordialmente contribuir para o desenvolvimento motor, social e psíquico do indivíduo, seja este portador de necessidades especiais ou não.

#### **4.4. A busca por um caminho para uma prática inclusiva que compreenda as reais necessidades do público em questão.**

A educação física percorre para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva. O progresso dessa ação de construção é visível com frequência, na mídia, nas nossas escolas, na comunidade e nos programas e serviços públicos. Ensinar crianças e jovens com de necessidades especiais ainda é um desafio.

Podemos considerar que a inclusão não se encontra apenas na presença física do aluno às aulas de educação física, também é necessário que seja considerada como a sua participação efetiva na influência mútua com os demais, com direito a intervenções do professor. Tais interferências estabelecem a garantia das relações sociais.

De acordo com o PCN (1998) “O MEC desenvolve por intermédio de sua Secretaria de Educação Especial (SEESP) uma política visando à integração das crianças portadoras de necessidades especiais ao sistema de ensino, propondo a inclusão destas crianças nas instituições de educação infantil”.

Duarte (2003) afirma que, somente a partir da última década, os cursos de Educação Física colocaram em seus programas curriculares conteúdos relativos às pessoas com necessidades especiais. Ressalta ainda que o material didático que aborda a maneira de se trabalhar com essa população, escrito em nossa língua, é escasso.

Um dos cuidados a ser tomado na escola é com a prática de esportes competitivos. De acordo com a história influente nas propostas curriculares da Educação Física, isso pode criar resistências à inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais que, nesse caso, são encaradas como menos capazes para um bom desempenho numa competição.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental espera que, na prática pedagógica, os professores tenham uma ação diferente dessa concepção. Recomenda-se que: “As políticas educacionais devem ser suficientemente diversificadas e concebidas, de modo a que a educação não seja um fator suplementar da exclusão social” (BRASIL, 1998, p. 17).

Com esta pesquisa pretende-se reforçar a educação inclusiva representada por parte dos profissionais envolvidos no processo. Mesmo com diversas legislações pertinentes que tange e promove a Educação inclusiva, porém continuam sendo desenvolvida práticas excludentes e que não garantem uma aprendizagem significativa para todos. É o objetivo deste

trabalho também reforçar a ideia de que o papel da comunidade escolar é imprescindível na concretização do fazer pedagógico da inclusão.

#### **4.5. A Realidade atual da Educação Especial e Inclusiva nas escolas públicas do Brasil.**

A Educação Especial na atualidade tem sido presidida por princípios teóricos e filosóficos emanados da evolução conceitual e da definição de políticas próprias, enquanto área de conhecimento e campo de atuação profissional, buscando contribuir, de maneira intencional e planejada, para a superação de uma Educação Especial de qualidade: o que responsabiliza o deficiente ou o seu meio próximo pelas dificuldades de aprendizagem e de adaptação; exerce uma função segregadora e excludente, e atua contra os ideais de inclusão e integração social de pessoas com deficiência e a garantia de sua plena cidadania. (OLIVEIRA, 2006). A literatura especializada aponta grandes avanços recentes, mas, ao mesmo tempo, revela imensas lacunas no conhecimento relativo a problemas que envolvem os alunos com NEE, suas famílias, a escola e a comunidade; problemas cuja solução depende de investigação científica e de intervenção que seja cientificamente embasada e avaliada. (MENDES, 2006).

Em relação à inclusão, debater a educação inclusiva é hoje um fenômeno que requer posicionamento ideológico, em especial por, se tratar de uma ideologia importada de países desenvolvidos, que representa um alinhamento ao modismo, pois não se tem lastro histórico na realidade brasileira que a sustente; não se pode negar que na perspectiva filosófica a inclusão é uma questão de valor, ou seja, é um imperativo moral, e nem questioná-la dentro da ética vigente nas sociedades ditas democráticas, onde não se pode descartar que a adoção de diretrizes baseadas na educação inclusiva pode ser a única estratégia política com potencial para garantir o avanço necessário na Educação Especial brasileira. (OLIVEIRA, 2006). Em outros países, por exemplo, o movimento se assenta em contextos onde já existia um razoável acesso à educação, uma rede diversificada e melhor qualificada de serviços, nos quais a perspectiva de educação inclusiva

representou apenas um passo natural em direção à mudança. (MENDES, 2006).

No Brasil a educação inclusiva é ainda uma história a ser construída, e as universidades podem contribuir para esse processo. Portanto, a ciência torna-se essencial para que a sociedade brasileira busque contribuir, de maneira intencional e planejada, que atua contra os ideais de inclusão social e plena cidadania. Por outro lado, é necessário também que o processo de tomada de decisão política privilegie mais as bases empíricas fornecidas pela pesquisa científica sobre inclusão escolar. (MENDES, 2006).

A partir de 1981, foi declarado o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, hoje considerado o embrião da educação inclusiva e, em 1983-1992 foi instituída a década das pessoas com deficiência nas Nações Unidas. A partir daí passou a ser pauta de discussões internacionais, como por exemplo, em 1994 foi realizada em Salamanca, na Espanha, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, cujas discussões surgiu o documento Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em Educação Especial, firmando-se a urgência de ações para uma educação capaz de reconhecer as diferenças, promover a aprendizagem e atender às necessidades de cada criança individualmente.

Em relação a esta trajetória histórica da Educação Especial, hoje vista na perspectiva de inclusão social e escolar dos alunos com deficiência, ainda destaca-se o documento: Política Nacional de Educação Especial (1994 - MEC). Este documento propunha-se estabelecer objetivos gerais e específicos referentes a interpretação dos interesses, necessidades e aspirações de pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, modificando a terminologia de portador de deficiência para portador de necessidades especiais. Por meio deste documento, o Ministério da Educação estabelece como diretrizes da Educação Especial, apoiar o sistema regular de ensino para a inserção de pessoas com deficiência, e dar prioridade ao financiamento de projetos institucionais que envolvam ações de integração. (MEC/SEED, 1994).

Outro documento a ser mencionado é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 9394/96, de 20/12/96 em substituição a 4024/61 e 5692/71. O capítulo V caracteriza, em três artigos, a natureza do atendimento especializado e, para que os professores consigam atingir os seus objetivos é

necessário que se tenha um serviço de apoio funcionando, que nos parágrafos da LDB, no artigo 58, diz que: 1º Haverá quando necessário serviço de apoio especializado na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial. 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. Deve, a escola, institucionalizar o processo de inclusão, explicitando quais os procedimentos, princípios e finalidades dessa proposta de educação para todos. Dentro deste pressuposto, parte-se de uma escola articulada com uma sociedade que entenda a educação como fato social, político e cultural em oposição a uma escola padronizada e representante do *status quo*. (ROSSETO, 2006).

A educação inclusiva, apesar de encontrar sérias resistências por parte de muitos, constitui uma proposta que objetiva resgatar valores sociais voltados com a igualdade de direitos e de oportunidades para todos. No entanto, para que esta inclusão se concretize, não é suficiente existirem leis que determinem a sua efetivação. (ROSSETO, 2006)

#### **4.6 - A necessidade da utilização da Educação Física Adaptada no ensino de PNE.**

São consideradas da alçada da Educação Física Adaptada quaisquer pessoas portadoras de transtornos, sejam eles psicológicos ou físicos, que impeçam que essas pessoas participem ativamente de uma aula comum da disciplina, como os portadores de deficiências mentais, visuais, auditivas, físicas, com múltiplas deficiências, superdotados, com síndromes neurológicas, psiquiátricas e psicológicas, e ainda pessoas com dificuldades de aprendizagem. (Carvalho, 2008).

É interessante ressaltar que os conteúdos a serem trabalhados são os mesmos de qualquer outra aula de Educação Física, o que muda são os meios para permitir o acesso aos portadores de necessidades especiais à prática. E esse é o papel do profissional de Educação Física: fazer com que as pessoas consigam superar os seus limites, estabelecendo caminhos com graus de dificuldade variados, de acordo com a deficiência. Ao possibilitar a inclusão, a



partir de uma aula bem estruturada, o professor não apenas permite que os portadores de necessidades especiais experimentem o prazer da prática, como também, em alguns casos, as aulas podem até auxiliar na recuperação.

O grande problema é que, embora a inclusão de portadores de necessidades especiais no âmbito escolar já seja dada como óbvia, a formação dos professores nessa área é deficitária. Embora pareça um trocadilho infame, no caso da escola, o deficiente é, na maioria das vezes, o professor. Não apenas pela sua falta de formação, mas pior: muitas vezes pela falta de informação. São poucos os que sabem lidar com as múltiplas necessidades e que conseguem incluir todos os alunos de fato, sem deixar o menino gordinho ser o último a ser escolhido para o time de basquete ou estimular todos os alunos a fazerem uma aula com os olhos vendados para sentirem assim como o deficiente visual sente.

Enfim, contribuir para a evolução dessas questões mais simples, na área da Educação Física Adaptada, é mais uma questão de delicadeza e de respeito com o próximo do que meramente técnica específica de trabalho.

#### **4.7 - História da Educação Física Adaptada no Mundo.**

Historicamente, a origem da participação de pessoas deficientes que apresentam diferentes e peculiares condições para a prática das atividades físicas ocorreu em programas denominados de ginástica médica, na China, cerca de 3 mil anos a.C. (GORGATTI; COSTA, 2005). Mas, foi a Primeira Guerra Mundial que exerceu fator essencial no uso de exercícios terapêuticos e atividades recreativas que auxiliavam na restauração da função. (ADAMS, 1985). Já, no final do século XIX até a década de 1930, de acordo com Mazzotta (2003), os programas de atividade física começaram a passar de treinamento físico com orientação médica para Educação Física (E.F), voltada ao esporte, e surgiu a preocupação com a criança como um todo.

A indicação para a Educação Física se baseava em um exame completo realizado por um médico que determinava se o estudante devia participar do programa normal ou do corretivo. As aulas corretivas consistiam basicamente de atividades limitadas, restritas ou modificadas, relacionadas a problemas de

saúde, postura ou aptidão física. Em muitas escolas, os alunos eram dispensados da Educação Física; em outras, o professor normalmente trabalhava em várias sessões diárias de Educação Física normal. Os líderes da Educação Física corretiva continuavam tendo sólida formação em medicina ou fisioterapia. (apud WINNICK, 2004, p. 12-13). A EF obrigatória nas escolas públicas aumentou drasticamente, e o treinamento de professores de EF (em lugar de médicos) teve como resultado a promoção dessa disciplina. (MAZZOTTA, 2003).

Na década de 1950, afirma Winnick (2004), cada vez mais alunos descritos como deficientes utilizavam as escolas públicas e a visão em relação a eles ia se tornando cada vez mais humanística. Em 1952, segundo o autor, a American Association for Health, Physical Education and Recreation (Associação Americana de Saúde, EF e Recreação) constituiu um comitê para definir a subdisciplina e ditar orientações e diretrizes para os profissionais. Esse comitê definiu a Educação Física Adaptada como um programa diversificado de atividades desenvolvimentistas, jogos, esportes e ritmos, adaptado aos interesses, às capacidades e limitações dos alunos portadores de deficiência que não podem participar com sucesso e segurança das rigorosas atividades do programa geral de Educação Física (Committee on Adapted Physical Education, 1952). (WINNICK, 2004, p. 10). A definição mostrava a crescente diversidade da EF e, especificamente, incluía as pessoas com deficiência, no que se constituiu a chamada EF Adaptada. Da ginástica médica à primeira concepção mais clara e consistente de EF Adaptada, adotada na década de 1950, muitos programas foram desenvolvidos com os mais diversos nomes, como EF Corretiva ou Ginástica Corretiva, EF Preventiva, EF Ortopédica, EF Reabilitativa e EF Terapêutica. (GORGATTI; COSTA, 2005). Mudanças de nomenclatura refletem a constante preocupação de profissionais e pesquisadores em atribuir uma identidade atualizada e devidamente contextualizada à EF Adaptada.

Seaman e De Pauw (apud Gorgatti e Costa, 2005, p.03), esclarecem que: À medida que os programas de Educação Física Adaptada assumiam uma identidade essencialmente educativo-pedagógica, outras denominações surgiram como Educação Física Desenvolvimentista, Ginástica Escolar Especial, Educação Física Modificada, Educação Física Especial e Educação

Física Adaptada. A diferença básica entre EF Especial e EF Adaptada, para Seaman e De Pauw (apud Gorgatti e Costa, 2005), está relacionada à constituição dos grupos, em virtude das limitações, onde os estudantes com deficiência não poderiam se engajar de modo irrestrito, de forma segura e com sucesso, em atividades vigorosas de um programa de EF. Exigia-se, portanto, que houvesse mudanças ou ajustes de metas, objetivos ou instruções. Portanto, cabe a nós esclarecermos o que é EF Adaptada e quais são os seus objetivos.

#### **4.8 - Educação Física Adaptada: conceitos e objetivos.**

A Educação Física (EF) tem um papel importante no desenvolvimento global dos alunos, principalmente daqueles com deficiência, tanto no desenvolvimento motor quanto nos desenvolvimentos intelectual, social e afetivo. Quando se trata da EF Adaptada, pensamos em uma área de conhecimento que discute os problemas biopsicossociais da população considerada de baixo rendimento motor: portadores de deficiência física, deficiências sensoriais (visual e auditiva), deficiência mental e deficiências múltiplas. Ela procura tratar do aluno sem que haja desigualdades, tornando a autoestima e a autoconfiança mais elevada através da possibilidade de execução das atividades, conseqüentemente da inclusão.

As atividades proporcionadas pela EF Adaptada devem oferecer atendimento especializado aos alunos com necessidades especiais, respeitando as diferenças individuais, visando proporcionar o desenvolvimento global dessas pessoas, tornando possível não só o reconhecimento de suas potencialidades, como também, sua integração na sociedade. (DUARTE; LIMA 2003). Em relação a conceito, a EF Adaptada (EFA), de acordo com Rosadas (1994, p. 05), "é a Educação Física aplicada em condições especiais, visando uma população especial que necessita de estímulos especiais de desenvolvimento motor e funcional". Já, para Barbanti (1994, apud DUARTE; LIMA, 2003, p. 92):

A EF Adaptada tem sido valorizada e enfatizada como uma das condições para o desenvolvimento motor, intelectual, social e afetivo das

peças, sendo considerada, de uma maneira geral, como: atividades adaptadas às capacidades de cada um, respeitando suas diferenças e limitações, proporcionando as pessoas com deficiência a melhora do desenvolvimento global, conseqüentemente, da qualidade de vida. Na EF para deficientes o conteúdo não é diferente, mas sim adaptado para cada tipo de deficiência. Conforme Bueno e Resa (1995 apud GORGATTI; COSTA, 2005), a EF Adaptada para pessoas com deficiência não se diferencia da EF em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente.

A EF Adaptada é uma parte de EF, cujos objetivos são o estudo e a intervenção profissional no universo das pessoas que apresentam diferentes e peculiares condições para a prática das atividades físicas. Seu foco é o desenvolvimento da cultura corporal de movimento. Atividades como ginástica, dança, jogos e esportes, conteúdos de qualquer programa de atividade física, devem ser considerados tendo em vista o potencial de desenvolvimento pessoal (e não a deficiência em si). (GORGATTI; COSTA, 2005). Gorla (1997), cita que a EF Adaptada tem como objetivo, um programa constituído de diversas atividades, que visam atingir determinados objetivos de acordo com a idade cronológica e o grau de desenvolvimento dos indivíduos, visando uma melhoria no rendimento motor, crescimento e saúde. Bueno e Resa (1995, apud GORGATTI; COSTA, 2005), enfatizam que a EF Adaptada possibilita ao educando a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação ao meio.

A EF Adaptada deve ensinar os alunos a fazer mudanças dentro de si, para conseguir isso, deve-se respeitar a individualidade de cada um, respeitar suas diferenças e limitações, trabalhar suas potencialidades, nunca subestimá-los, vibrar com suas conquistas, motivá-los a dar novos passos e oferecer oportunidade para que eles possam desfrutar da alegria proporcionada pela prática recreativa e esportiva. (ROSADAS, 1989). A prática da EF é "um direito de todos, e seus programas devem dar prioridade aos grupos menos favorecidos da sociedade". (ROSADAS, 1994, p. 06).

#### **4.9 - Educação Física e Pessoas com Deficiência na Escola Pública.**

A Educação Física (EF) se justifica nas escolas, pelo fato de ela subsidiar a prática corporal direcionada a vivência de movimentos e desenvolvimento físico e psíquico do aluno, é a EF que trata da cultura corporal de movimento e se expressa nos jogos, nas danças, nas lutas, nos esportes e nas ginásticas. Baseado em Gorgatti e Costa (2005), a função da EF na escola é educar para compreender e transformar a realidade que nos cerca, a partir de sua especificidade que é a cultura de movimento. Em nossa concepção, a EF deve propiciar o desenvolvimento global de seus alunos, ajudar para que o mesmo consiga atingir a adaptação e o equilíbrio que requer suas limitações e ou deficiência; identificar as necessidades e capacidades de cada educando quanto às suas possibilidades de ação e adaptações para o movimento; facilitar sua independência e autonomia, bem como facilitar o processo de inclusão e aceitação em seu grupo social, quando necessário.

Em se tratando de problemas, Gorgatti e Costa (2005) citam que as deficiências podem ser: mentais, físicas, visuais ou auditivas isoladas, mas é frequente a deficiência combinada, principalmente quando a causa delas abalou o sistema central, que controla todo mecanismo neuromotor do homem. É importante o conhecimento de tais problemas, pois, independente da escolha de atuação do profissional da área, haverá sempre a possibilidade de se trabalhar com pessoas que têm deficiência, seja em escolas regulares, academias, clubes, colônias de férias, enfim, em qualquer lugar. Portanto, os deficientes mentais, segundo Diament e Cypel (1996), são aqueles que possuem uma inteligência insuficientemente desenvolvida; ele é incapaz de competir com igualdade com seus companheiros ditos "normais"; não conseguem cuidar de si próprio com independência; possui um vocabulário limitado com aprendizagem lenta; apresenta dificuldade na compreensão das explicações e informações.

Quando se trabalha com pessoas com deficiência intelectual, algumas dicas, segundo Strapasson (2006), devem ser respeitadas, como: demonstrar o exercício ou a atividade após explicação do mesmo, assim os alunos recebem duas fontes de informação; iniciar com exercícios de fácil execução e aumentar o grau de dificuldade gradativamente, favorecendo situações de sucesso; incentivar o auxílio dos alunos como monitores e ajudantes de turma, favorecendo a independência, a autonomia e a cooperação. O êxito

proporcionado nas aulas de EF gera um sentimento de satisfação e competência, mas experiências sucessivas de fracasso e frustração acabam por gerar uma sensação de impotência que, num limite extremo, inviabiliza a aprendizagem. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997).

A deficiência física (ou motora) refere-se aos problemas ósteo-musculares ou neurológicos que afetam a estrutura ou a função do corpo, interferindo na motricidade. Ela é caracterizada por um distúrbio da estrutura ou da função do corpo, que interfere na movimentação e/ou na locomoção do indivíduo. As pessoas que usam próteses, muletas, cadeira de rodas ou necessitam do auxílio de órteses carregam muitos rótulos: aleijado, deficiente, impedido, inábil. Cada um tem preferência pessoal do modo como deseja ser chamado, e isso deve ser perguntado à pessoa com deficiência física. Alguns autores descrevem leves diferenças de significado, mas deficiência física é a designação genérica. Ficaria mais claro se fosse utilizada a designação "motora" em vez de "física", indicando que existe um problema nessa área especificamente. (GORGATTI; COSTA, 2005). Strapasson (2006) sugere, mais uma vez, atitudes que devem ser tomadas nas aulas de EF nas turmas que têm pessoas com deficiência física: em primeiro lugar, deve-se chamar a atenção de alunos que desrespeitam as pessoas com deficiência física com apelidos pejorativos e com falta de paciência devido às limitações do colega. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) reforçam essa ideia, enfatizando que a maioria das pessoas com deficiência tem traços fisionômicos, alterações morfológicas ou problemas em relação à coordenação que as destacam das demais. A atitude dos alunos diante dessas diferenças é algo que se construirá na convivência e dependerá muito da atitude que cada professor adotar. É possível integrar essa criança ao grupo, respeitando suas limitações, e, ao mesmo tempo, dar oportunidades para que desenvolvam suas potencialidades.

#### **4.10 - Os caminhos metodológicos da Educação Física na Educação Especial.**

Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria das pessoas com deficiência foram e são excluídas das aulas de Educação Física (EF). A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças,

particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social. (Brasil, 1997). As escolas especiais, como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), dividem a EF em: EF Escolar para a Educação Infantil (0 a 6 anos) 1ª fase; EF Escolar para o Ensino Fundamental e Educação Profissional para os Ciclos de: Escolarização Inicial (7 a 14 anos) 2ª fase; Escolarização e profissionalização (acima de 14 anos) 3ª fase.

A formação de turmas para o atendimento em EF, proposta pela APAE Educadora (projeto escolar), deverá observar, além da idade cronológica do aluno para a inserção nas respectivas fases, o seu padrão funcional que é a capacidade de compreensão dos estímulos e de execução dos movimentos propostos. (TIBOLA, 2001, apud GORGATTI; COSTA, 2005). Nas fases II (Escolarização Inicial) e III (Escolarização e Profissionalização), há três níveis de atuação da EF (nível I, II e III) e para a inserção do aluno dever-se-á considerar suas condições físicas momentâneas. (TIBOLA, 2001, apud GORGATTI; COSTA, 2005). Nível I: Estimulação motora; desenvolvimento do sistema motor global por meio da estimulação das percepções motoras, sensitivas, e mental com experiências vividas do movimento global; desenvolvimento dos movimentos fundamentais. Nível II: Estimulação das habilidades básicas; melhoria da educação e aumento da capacidade de combinação dos movimentos fundamentais; desenvolvimento de atividades coletivas, visando à adoção de atitudes cooperativas e solidárias sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais. Nível III: Estimulação específica e iniciação esportiva; aprendizagem e desenvolvimento de habilidades específicas, visando à iniciação esportiva; treinamento de habilidades esportivas específicas, visando à participação em treinamento e competições. Entende-se que na EF Adaptada deve ser mantida a integridade das atividades e promovida a maximização do potencial individual, uma vez conhecidas às metas do programa, convém modificá-las, apenas quando necessário, sempre respeitando as metas previamente determinadas, assegurando que as atividades sejam um desafio à todos os participantes e, sobretudo, que seja valorizada a diferença. (GORGATTI; COSTA, 2005).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 85) citam que: A Educação Física para alcançar todos os alunos deve tirar proveito dessas diferenças ao invés de configurá-las como desigualdades. A pluralidade de ações pedagógicas pressupõe que o que torna os alunos diferentes é justamente a capacidade de se expressarem de forma diferente. O processo de ensino aprendizagem, a respeito dos conteúdos escolhidos deve considerar as características dos alunos em todas as suas dimensões (cognitivas, corporais, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social). Não se restringe a simples exercícios de certas habilidades corporais e exercê-las com autonomia de maneira social e culturalmente significativa.

Para Gorgatti e Costa (2005), é importante focalizar o desenvolvimento das habilidades, selecionando atividades apropriadas, providenciando um ambiente favorável à aprendizagem encorajando a auto superação, a todos os participantes da EF Adaptada. Concordamos com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), quando ele diz que a EF deve oportunizar à todos os alunos, independente de suas condições biopsicossociais, o desenvolvimento de suas potencialidades de forma democrática e não seletiva, visando o seu aprimoramento como seres humanos. Nesse sentido, cabe assinalar que os alunos com deficiência não podem ser privados das aulas de EF. E assim, a EF faz parte de um processo de educação do ser humano, e, se bem trabalhada e administrada, poderá surtir efeitos benéficos para os praticantes, bem como para a sociedade.

#### **4. 11 – A Política Nacional de Educação Especial**

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.



Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” .Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

## **5. METODOLOGIA**

O presente estudo é caracterizado de forma descritiva e tem caráter qualitativo. A pesquisa foi abordada em forma de Revisão de Literatura, a população foi composta pelos alunos portadores de necessidades especiais matriculados no Centro de Ensino Fundamental 16, uma escola pública da cidade satélite de Ceilândia no Distrito Federal, além dos discentes farão parte da amostra alguns pais, professores, orientadores educacionais e outros colaboradores da escola.

Dessa feita, serão realizadas entrevistas com os participantes da amostra acima relacionados, além da aplicação de um questionário para os familiares responsáveis por esses alunos, entre outras pessoas que vivenciam diariamente a inserção dos mesmos no ensino regular, sendo abordado para fins de pesquisa a contextualização desta população no que tange a sua vivência na disciplina de Educação Física.

Silva e Krug (1999) dizem que o aluno portador de necessidades educativas especiais necessita de atividades físicas especializadas tanto quanto o aluno considerado normal. Saliendam que um bom trabalho na área de Educação Física ajuda o aluno portador de deficiência, amenizando as suas frustrações, entretanto o trabalho para ter bons resultados tem que ser bem planejado e executado. Destacam ainda que o profissional que opta por este trabalho tem que ter boa formação teórica, isto é, um bom conhecimento na área de Educação Especial e de Educação Física e, acima de tudo, ter muita força de vontade, garra e amor. Desta forma, a Educação Física poderá tornar-se um processo facilitador da inclusão das pessoas portadoras de necessidades educativas especiais na escola.

Respectivamente será feito um estudo relacionado ao assunto, fundamentado pela reflexão resultante do referencial bibliográfico apresentado nos capítulos anteriores que foi o elemento dinamizador e articulador do discurso construído na temática.

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar as ações dos professores de educação física, pais de alunos e demais funcionários do Centro de Ensino 16 de Ceilândia, que convivem com a realidade educacional dos discentes PNE que ali estão matriculados; visando a efetiva participação desses no contexto social através das vivências adquiridas durante as aulas de educação física. Diante desta concepção, procurei observar todo o cotidiano da escola, com ênfase nos procedimentos didáticos da educação física, que estão amparados pela implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola. Buscamos verificar ainda, se houve a participação efetiva de todos os membros nesse processo de inclusão. Qual o diferencial desta unidade escolar para as demais em referência a inclusão dos PNE no ensino regular?

Nossa abordagem contou com a colaboração de todos os segmentos funcionais, sem exceção; contribuindo sensivelmente para o desenvolvimento deste e posteriores conclusões a cerca das questões investigadas. As informações coletadas na pesquisa, evidenciaram, de maneira geral, que todos os segmentos compartilham deste processo, no entanto, ainda não pode ser considerada uma participação adequada e efetiva, pois até mesmo os professores mais preparados, se ressentem da participação dos órgãos competentes, no que se refere a implantação cursos de atualização nas áreas

que englobam o fazer pedagógico da escola e principalmente sobre os métodos educacionais que abarcam esta população. Constatei que apesar das dificuldades enfrentadas por professores, alunos, pais e sociedade em geral, a referida escola ressalta amplamente um ambiente de respeito, paz e sobretudo educação de qualidade.

A busca por uma escola de qualidade para todos e todas é histórica, tendo sido defendida pelos movimentos sociais organizados de pais, mães, trabalhadores em educação e sociedade em geral. Sabemos que os caminhos percorridos na busca de uma educação inclusiva, são tortuosos, pois os conceitos e preconceitos disseminados pela sociedade, bloqueiam o avanço desses pressupostos pedagógicos, imprescindíveis para a melhoria considerável das relações humanas.

Infelizmente o progresso desta proposta ainda é tímido, pois os procedimentos indispensáveis à Educação Física Inclusiva, esbarram na morosidade e burocratização das atitudes evidenciadas em lei que podem modificar esse quadro. Devemos participar da construção de uma nova política para a educação inclusiva, que reitere as práticas essenciais para a construção de uma auto estima elevada, entre sociedade, pais, alunos PNE.

Fundamentado nos princípios de qualidade com equidade, aproveito esse estudo para fazer uma incursão no universo da Educação Física Inclusiva, baseado nas observações e entrevistas realizadas no Centro de Ensino Fundamental 16 de Ceilândia, onde consolidei a tarefa com a contribuição dos diretores, dos professores de educação física e da sala de recursos, de alguns pais de alunos e demais funcionários do centro, que cordialmente participaram das entrevistas e responderam aos questionários aplicados através da escolha dos itens mais relevantes para a pesquisa; visando abranger os caminhos para uma educação física inclusiva; a política nacional de educação especial; o conhecimento e o reconhecimento de alunos com necessidades especiais, os conceitos e preconceitos, os objetivos da educação física inclusiva e a organização do espaço destinado as aulas.

O propósito principal deste estudo foi observação dos preceitos fundamentais da educação especial, estabelecendo os critérios relativos a esta indispensável forma de inclusão, tão necessária a sociedade atual. Procurando

absorver as contribuições que a Educação Física compartilha nesta incessante busca.

A instituição escolhida para a pesquisa foi o Centro de Ensino Fundamental de Ceilândia – Distrito Federal, localizado na EQNM 22/24, Área Especial Escolar, onde fui cordialmente recebida pelos gestores e corpo docente da escola. Com desenvoltura e uma educação acima da média, a responsável pela direção da escola fez uma breve excursão as instalações físicas da escola, relatando os problemas enfrentados; enfatizando o descaso do governo para com o projeto educacional, bem como a falta de recursos na escola, mas se prontificou a nos ajudar na execução da pesquisa, reiterando também que já fizera uma pós-graduação na UnB (Universidade de Brasília) e sabia da importância destas práticas. Assim nos apresentou aos profissionais habilitados que nos assistiriam nos procedimentos necessários para a realização de nosso estudo.

Conforme conversa com a coordenadora educacional e com um dos professores de Educação Física, ficou nítido que os docentes teriam pouco tempo disponível para acompanhar nossas incursões, dadas as circunstâncias especiais que permeiam as atividades pedagógicas no ensino especial (os alunos necessitam de um acompanhamento), porém ficou claro que este, não seria um empecilho para a realização das observações e entrevistas, que seriam inseridas entre seus horários de coordenação e intervalos de recreação. Assim, me foi facultado, observar as aulas e conversar com as pessoas que mantinham um contato direto com escola, sem a necessidade de agendamento prévio, sendo que as entrevistas fossem inseridas dentro desse contexto. Sendo salientado ainda que poderíamos permanecer na escola pelo tempo que fosse necessário; afirmando apenas que não deveríamos causar nenhum contratempo, que prejudicasse o transcorrer normal das atividades e nem ultrapassar o horário normal de funcionamento. Sendo assim não marcamos datas específicas para as entrevistas e questionamentos e sim respeitamos os horários vagos dos profissionais que tão gentilmente nos receberam.

Fiquei impressionada, não só com a boa vontade mostrada pelos entrevistados e colaboradores, como também, a educação e paciência, salientada por todos os funcionários que compõem o quadro da escola. Essa harmonia pode ser verificada no contato com os alunos, professores,

servidores, visitantes, pais, mães e demais participantes.. Parece que entramos em outra esfera, outro mundo e aqueles alunos que a primeira vista eram PNE, após o primeiro contato, me conduziram a lições de vida, a repensar minha própria existência, como ser humano e futura educadora. Foi e está sendo uma experiência incrível.

Os registros das entrevistas foram e estão sendo feitos com o auxílio de um gravador, a pedido dos entrevistados, que gostariam de colaborar posteriormente na edição dos trabalhos, com a correção e demais comentários. Já as fotos; transcorreram normalmente e em concordância com a coordenação da escola, desde que a escolha final do material, passe pelas mãos da coordenação pedagógica, pois a simples autorização do uso de imagem, neste caso, não se torna suficiente, quando tratamos de alunos com necessidades especiais; (fator pelo qual a coordenação requer a última ordem).

Formalizei algumas entrevistas com funcionários da escola, a vontade era de estender essa fase instigante da pesquisa, a mais pessoas envolvidas no processo, porém tanto meu tempo, quanto o deles era escasso, então segue a síntese das duas entrevistas mais produtivas:

- (Professor G) F. F. S. V., Sexo: Feminino, Idade: 35 anos, Professora, Coordenadora de Direção e Advogada, Experiência: 16 anos na área Educacional, Escolaridade: Pedagogia – Universidade Católica; Direito – Unieuro e Pós Graduação em Educação – UnB - Curso de Especialização em Gestão Escolar.

1- Quais as condições e materiais estão ao seu dispor para suas práticas pedagógicas com os PNE?

Resposta - Durante minhas aulas utilizo muitos materiais, como bola, bambolê, cordas, entre outros. Tenho materiais para utilizar nas minhas aulas.. Porém creio que o governo poderia equipar a escola com melhores, visando também a melhoria dos discentes. Quando se faz necessário um atendimento especial, se requer uma ótica e tratamento diferenciado por parte dos governantes e da sociedade. Somos responsáveis diretos pela inclusão!

2 - Que métodos motivacionais são utilizados para incentivar os seus alunos nas aulas?

Resposta - Nós, professores da educação especial sempre utilizamos a motivação dos alunos, onde eles são o ponto chave. Nós damos a partida e a medida da resposta do aluno vem o incentivo, conforme sua necessidade e habilidade, palavras de motivação e um sorriso de agradecimento, são pontos importantíssimos para a nossos alunos.

3 - Como é trabalhada na escola a parte psicológica dos alunos?

Resposta - Existe uma psicóloga na escola e os alunos sempre que necessário estão em contato, além do clima familiar que reina entre funcionários, pais e alunos, que é observado pelas coordenadoras e demais professores.

4 - Quais os problemas mais frequentes nas aulas?

Resposta - Muitas vezes percebemos que os pais (apenas uma minoria), não se envolvem plenamente nas atividades que a educação física inclusiva da escola oferece. Eles não veem a necessidade e a importância de seus filhos estarem envolvidos com atividades, como jogos e danças. Simplesmente acham que seus filhos têm que aprender a ler e a escrever dentro das suas possibilidades. Acredito que esse seja um de nossos grandes problemas. A sociedade e a família devem se engajar neste processo de inclusão!

5 - Quais as necessidades especiais estão mais presentes na escola?

Resposta - atendemos a maioria dos problemas de necessidades especiais presentes na escola. Os mais comuns são os portadores de TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e pequenas deficiências físicas.. Porém se faz necessário que haja a inclusão gradativa no ensino regular de um atendimento educacional especializado aos estudantes com: Deficiência intelectual, Deficiência auditiva, Deficiência visual, Deficiência física, Transtorno global do desenvolvimento (TGD), Deficiência múltipla, e Altas habilidades/superdotação, além de Surdocegueira.

6 - Qual o grau de satisfação dos alunos, diante das práticas aplicadas dentro da educação física na escola?

Resposta - Percebemos que o grau de satisfação dos alunos é altíssimo, a ponto de termos alunos que passam o dia inteiro na escola esperando por

novas atividades.! Graças a Deus, sentem-se em casa! As atividades multidisciplinares perpassam a realidade crítica que impera no universo dos portadores de necessidades especiais, ampliando nossos horizontes e nos ajudando a caminhar em frente na busca de melhores condições para nossos discentes.

7 - Qual a importância da política nacional de educação física especial?

Resposta - A política nacional da educação física especial assegura a inclusão social desses alunos com deficiência, que garante o ensino regular dando continuidades aos seus estudos. Não somente beneficia os alunos como também a formação de professores para o atendimento educacional especializado e outros profissionais da educação para a inclusão, dentre outros aspectos.

8 - Quais as principais atividades desenvolvidas na educação física inclusiva?

Resposta - Procuramos desenvolver as mais variadas atividades, dentre elas a recreação como a dança, passeios, jogos e principalmente as atividades de cooperação.

9 - Em suas aulas você trabalha com elementos de educação física com os alunos?

Resposta - Com certeza. Apesar de estar na coordenação, procuro auxiliar os demais docentes no dia a dia escolar!

10 – Como deve agir a escola no sistema de inclusão?

Resposta - A escola deve se preparar para receber todas as diferenças, deve ser um espaço aberto a todos; democrática e acolhedora; assim contemplará as diferenças e individualidades. Deve se adaptar as mudanças, afim de atender a todos de uma forma justa e sem exclusão.

11 – E qual o papel do Professor de Educação Física neste contexto?

Resposta – O Professor de Educação Física é essencial nesta luta, basta relatar que 04 educadores físicos que fazem parte do nosso corpo docente, atendem os alunos com necessidades especiais ! Infelizmente! Pois



gostaríamos que fossem bem mais; dadas as nossas necessidades! Todas pessoas tem direito ao esporte, recreação e lazer! O professor de educação física tem papel fundamental na aplicação destes fundamentos!

12 – Como são as aulas de Educação Física, ministradas neste colégio para os portadores de necessidades especiais, segundo o seu entendimento?

Resposta – As aulas estão pautadas na promoção do respeito as diferenças, jogos cooperativos e resolução de conflitos; contando também com atividades extra classe, que contribuem para a inclusão social!

13 – E qual o papel dos pais neste contexto?

Resposta – A participação dos pais e da sociedade, são imprescindíveis neste processo de inclusão! A sociedade deve aceitar, respeitar e lutar pelos direitos dos portadores de necessidades especiais. E a família é o ponto de partida para esta vitória, onde existe preconceito, não existe êxito!

- (Professor B) W. F. A., Sexo: masculino, Idade: 32 anos, Professor de Educação Física, Experiência: 10 anos na área Educacional, Escolaridade: Educação Física – Universidade Católica e Pós Graduação em Educação – Universidade Católica - Curso de Administração Escolar

1 - Quais as condições e materiais estão ao seu dispor para suas práticas pedagógicas com os portadores de necessidades especiais?

Resposta - Dispomos de condições mínimas para essas práticas, visto que o governo não atenta como deveria para essa área! Estamos prejudicados por falta de recursos e materiais destinados a esse fim. Mesmo assim usando a criatividade podemos confeccionar materiais úteis para desenvolver o trabalho lúdico de uma forma que consigamos atender as necessidades dos alunos.

2 - Que métodos motivacionais são utilizados para incentivar os seus alunos nas aulas?

Resposta - Na escola são utilizados métodos para motivação dos alunos, como interação coletiva, onde irá integrar o aluno com o meio social, contribuindo para sua formação moral, com valores e atitudes. Outros aspectos relevantes

são os incentivos e o reconhecimento de suas habilidades desenvolvidas durante as atividades propostas.

3 - Como é trabalhada na escola a parte psicológica dos alunos?

Resposta - A parte psicológica dos alunos é trabalhada de forma igualitária, respeitando as limitações e diferenças. Trabalhando também os aspectos emotivos e afetivos, mostrando a eles que todos são capazes, independente de suas limitações.

4 - Quais os problemas mais frequentes nas aulas?

Resposta - Falta de materiais necessários e local adaptado para o desenvolvimento de um trabalho mais qualificado. Além de uma certa discriminação por parte de uma minoria de alunos.

5 - Quais as necessidades especiais estão mais presentes na escola?

Resposta - Deficiência mental, desordens sensoriais e psicomotoras, deficiência física, problemas de obesidade, distúrbios de aprendizagem e problemas de ajuste social.

6 - Qual o grau de satisfação dos alunos, diante das práticas aplicadas na escola?

Resposta - Os alunos ficam satisfeitos com as atividades, pois desta forma eles se distraem, ficam alegres e estão cada vez mais motivados a participar das atividades, além de desenvolverem atividades que lhes proporcionam aprimoramento nas suas limitações, sejam elas físicas, psíquicas ou afetivas.

7 - Qual a importância da política nacional de educação física especial?

Resposta - A política nacional é muito importante, visto que todas as crianças e jovens tem o direito de frequentar a escola regularmente, onde a mesma deve estar organizada para atender as necessidades educativas de todos os alunos, seja qual for a sua condição social, econômica, física ou psíquica. A escola deve atender a todos. Fica clara a responsabilidade de trabalhar com esta população, intensificando assim a importância de profissionais de Educação Física capacitados para oferecer atividades que melhorem a qualidade de vida

das pessoas com necessidades educacionais especiais, pois assim, estarão intervindo e influenciando no desenvolvimento de seus alunos.

8 - Quais as principais atividades desenvolvidas na educação física inclusiva?

Resposta - Recreação, esporte, dança, condicionamento físico, atividades cooperativas e lazer.

9 - Em suas aulas você trabalha a psicomotricidade dos alunos?

Resposta - Sim. Pois é muito importante para o desenvolvimento dos alunos, visto que o desenvolvimento dos mesmos, contemplam em muito esta prática, auxiliando nas possibilidades de conquistas sobre suas limitações.

10 – Quais os métodos mais utilizados nas suas aulas?

Resposta - Não existe nenhum método ideal ou perfeito da Educação Física que se aplique no processo de Inclusão, porque o professor sabe e pode combinar numerosos procedimentos para remover barreiras e promover a aprendizagem dos seus alunos.

11 – Dentre as atividades físicas desenvolvidas neste colégio para os portadores de necessidades especiais, qual considera a mais importante para os alunos?

Resposta – são as atividades adaptadas pois têm por objetivo proporcionar às pessoas com necessidades educacionais especiais algumas habilidades específicas para ajudá-los nas atividades de vida diária. Além disso, são consideradas as mais divertidas por grande parte dos alunos.

12 - O que é a Educação ou Atividade Física Inclusiva?

Resposta – A Educação Física Inclusiva é um corpo de conhecimentos interdisciplinar dirigida à identificação e solução de problemas psicomotores ao longo do período vital. Estes problemas podem estar dentro do sujeito ou no ambiente e só se tornam visíveis na medida em que as demandas de tarefa não são satisfeitas devido a limitações ou atrasos nas funções.

13 – Como está caminhando a Educação Física Inclusiva no País?

Resposta – O professor nos disse que apenas engatinha e nos participou de alguns dados, como segue:

#### O Brasil e a Educação Física Inclusiva (FATOS)

- ◆ 1987 – implantação do 1º currículo mínimo de educação física, muitas foram às tentativas de reforma no ensino superior. A resolução nº 3/87 do Conselho Federal de Educação, trata da reestruturação dos cursos de graduação em Educação Física e, em seu parágrafo IV do artigo VI, trata da Educação Física Especial.
- ◆ 1987 – através da antiga SEED/MEC e em decorrência da implantação do currículo mínimo dos cursos de graduação, cursos de especialização são incentivados para introduzir a Educação Física para pessoas PD nas escolas de Ensino Superior.
- ◆ 1989 – criada a lei federal nº7853 sobre os direitos das pessoas portadoras de deficiência, que dispõe sobre apoio para a integração social, institui interesses coletivos ou difusos destas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e outras providências.
- ◆ 1990 – é criada a Secretaria dos Desportos da Presidência da República (extinta); atualmente chamada Coordenação Geral de Desportos para Pessoas Portadoras de Deficiência órgão ligado à Secretaria de Desporto Sócio-Cultural do Ministério da Educação e do Desporto. A atual Coordenação se propõe a manter, então, Programas de: pesquisa e desenvolvimento tecnológico, documentação e informação, capacitação de recursos humanos e desenvolvimento e fomento desportivo.
- ◆ Várias são as legislações de trabalho e principalmente foram elaborados leis e decretos durante os anos 80. As leis dos anos 90 regem especificamente sobre pensão, benefícios do imposto de renda, créditos especiais e isenção de taxas sobre equipamentos e próteses.
- ◆ 1994 – publicado o 1º volume do Brazilian International Journal of Adapted Physical Education Research (BIJAPER) – Publicação científica brasileira. Editado por Eliane Mauerberg de Castro. Interrompido em 1998.

- ◆ 1994 – criada a Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada (SOBAMA). Em 1996 é lançada a revista da SOBAMA.
- ◆ LDB

Segundo os dados da maioria dos questionários entregues até o momento, inferem que os alunos portadores de necessidades especiais se ressentem das brincadeiras em grupo, que ficam restritas as referenciadas pelos professores e o que é pior, apenas no ambiente escolar. Poucos são aqueles que tem a companhia de amigos na realização de suas atividades lúdicas fora do contexto escolar, estando quase sempre na solidão de seus pensamentos, o que remete o aluno a pequenos problemas relacionais no seu cotidiano. Tais limitações somadas as variadas deficiências que já lhe são impostas, comprometem sua plena inclusão na escola e porque não dizer na sociedade.

As limitações inerentes a cada especificidade enfrentada pelos alunos portadores de necessidades especiais que estão matriculados no CEF 16, muitas vezes impedem os mesmos de permear uma situação de liderança, pois a dura realidade que lhes é apresentada, acaba por conter a busca intima pela igualdade entre os discentes, que de alguma forma se ressentem de autonomia, fixando bases sólidas de protecionismo familiar ou por parte de alguma pessoa em especial.

O porto seguro desses alunos ainda está na relação quase que umbilical entre a família e os poucos amigos e fica explicita nas atitudes e comportamentos. Assim os maiores incentivadores nesse processo de inclusão e interação ainda são os pais e responsáveis que não só frequentam as reuniões escolares, como são presença quase que diária na escola. Quanto a cooperação dos discentes nas aulas de educação física ela está relacionada intimamente aos critérios que o professor utiliza em suas aulas, em situações que envolvem jogos cooperativos eles começam a adentrar as atividades timidamente, mas logo já se mostram interados com o ambiente; já nas atividades que envolvem a competição os mesmos se sentem alijados do processo e preferem as atividades propostas na sala de recursos. Desta forma as atividades prediletas deste grupo ainda são as recreativas e as cooperativas.

## 6 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O CEF 16 investe na educação das pessoas com necessidades educativas especiais, proporcionando-lhes a oportunidade de ultrapassar barreiras econômicas, sociais e culturais, com intuito de contribuir pela qualidade de vida e valorização do ser humano pela vivência e exercício pleno da cidadania.

Dada às especificidades dos alunos, há a necessidade de diversos recursos materiais e profissionais capacitados com intuito de melhor atender esses discentes. Os professores almejam cursos e orientações específicas, o que nem sempre é disponibilizado. Segundo a direção é de fundamental importância que o Centro de Ensino Fundamental 16 e demais escolas complemente seu quadro de profissionais com fonoaudiólogo, fisioterapeuta, assistente social, ou que se firmem convênios com entidades específicas.

A Escola trabalha com o currículo do ensino fundamental, além de respeitar o limite dos alunos, fazendo quando necessário às adaptações curriculares e ou trabalhando com o currículo funcional, isso dependendo da área de atendimento e necessidade dos discentes.

Os atendimentos pedagógicos são adequados sem entretanto, ignorar o nível de desenvolvimento e comprometimento físico e mental do aluno. O eixo de trabalho é o desenvolvimento de habilidades e competências a partir de vivências relevantes à realidade da comunidade escolar.

Os fins e princípios norteadores estabelecidos pelo CEF 16 de Ceilândia para orientar a prática educativa foram definidos em consonância com as regulamentações da Constituição Federal de 1988 e as Leis de Diretrizes e Base vigente.

A equipe do CEF 16 entende a escola como um espaço polissêmico e multidimensional, no qual diversos sentidos e significados são construídos diariamente. A equipe trabalha respeitando as dimensões cognitivas, afetivas, psicomotoras e sociais dos alunos, criando espaços de desenvolvimento e socialização, nos quais se sintam efetivamente valorizados em sua diversidade. Objetivando desenvolver potencialidades de modo que os alunos atuem como

cidadãos e sejam respeitados como tal. Entendendo a Educação Especial não como um sistema paralelo ao sistema regular, mas sim, como uma modalidade de educação que permeia todos os níveis educacionais. Desse modo, sua proposta de atendimento é, à medida do possível, seguir as orientações do currículo da educação básica, com as devidas adaptações, conforme assegura a LDB 9394/96 em seu capítulo V e a Resolução n.º 1 de 26 de Agosto de 2003 do CEFDF.

A atenção do Profissional de Educação Física pelo trabalho com portadores de deficiência é relativamente nova, assim como faz pouco tempo que a sociedade como um todo começou a encarar a questão. Os cursos de graduação ainda estão formando sua base teórica, porém, uma série de acontecimentos produz uma mudança gradativa na maneira de encarar e tratar o portador de deficiência, para o qual a atividade física pode significar melhores condições de vida e maior inserção social. Uma série de instrumentos legais visa dar garantias aos portadores de deficiências, havendo leis específicas por tipo de deficiência. No geral, a Constituição Federal de 1988 lhes assegura a plena inserção.

A Educação Física tem muito a oferecer às pessoas portadoras de diversos tipos de deficiência, nas mais variadas formas de atividade. Seguramente, é capaz de promover a maior integração social do deficiente, provocando seu interesse pelo Esporte e pela própria graduação profissional na vida econômica e social e o total desenvolvimento de suas potencialidades.

Até então, não é exagero dizer que as severas limitações físicas confinavam a maioria dos deficientes como camada excluída da sociedade. Vistos como seres sem potencialidade, eram marginalizados em todos os campos sociais. Diante da falta de qualquer estímulo, viam-se os próprios deficientes como excluídos, a começar pelas barreiras arquitetônicas, sem uma verdadeira percepção corporal de suas capacidades.

Hoje, nem tudo são flores, mas esta transformação vem ocorrendo aos poucos e com muita luta, mas já aponta num sentido de reconhecimento social do portador de deficiência, antes impensável – era visto mais como um doente incurável. A Educação Física, portanto, vem despertando aos poucos para a sua importância fundamental no trabalho com o deficiente. Faz pouco tempo que nossas universidades deram início à formação de uma base teórica para

esse trabalho, e cursos de especialização ainda são oferecidos em pequeno número e nem sempre com continuidade.

A atividade física, em níveis variados, tem ajudado portadores de deficiência a adquirir não só maior mobilidade: resgatando também sua auto-estima, seu equilíbrio emocional. Mesmo deficientes físicos com mobilidade reduzidíssima podem praticar esportes, sob a tutela de Profissionais qualificados e habilitados.

Um dos casos mais conhecidos de entrelaçamento entre Educação Física e deficiência motora é o da técnica de ginástica Olímpica Georgette Vidor, que ficou paraplégica depois do acidente com o ônibus em que viajava a equipe de ginástica do Flamengo. O ônibus bateu em um caminhão quando levava os atletas para disputar o Campeonato Brasileiro em Curitiba. Sete pessoas morreram e a também ginasta Úrsula Galera Flores, que sofreu traumatismo craniano, não pôde mais competir. Seis anos depois, num exemplo de vida e de tenacidade, Georgete desfilava em pé durante o carnaval carioca de 2001, segundo registro do jornal O Globo. Certamente, Georgette Vidor não é a única brasileira que, já graduada em Educação Física, continuou na profissão depois de um acidente.

Levemos em consideração, todos os grandes exemplos de superação que a história nos oferece; além dos ensinamentos e experiências que esta pesquisa nos proporcionou, afim de encabeçarmos as mudanças necessárias que a Educação Física almeja, no intuito de contribuir firmemente neste processo de inclusão social.

Componentes e conjunto de áreas de conhecimento que atendem a atividade física inclusiva no Centro de Ensino Fundamental 16 de Ceilândia.

- ◆ Diferenças individuais no crescimento humano, desenvolvimento e funções incluindo as bases neurológicas da função motora.
- ◆ Relações de atitude interpessoal e teorias da comunicação.
- ◆ Direitos humanos.
- ◆ Fundamentos científicos da adaptação, incluindo biomecânica, fisiologia do exercício e teorias do controle motor.



Amparados no capítulo V da LDB 9394/96 em seu art. 59 inciso I, que assegura organização específica aos educandos com necessidades educativas especiais, alguns alunos, dado ao comprometimento, possuem o horário diferenciado baseado em Estudo de Caso e apoio do conselho escolar e dos pais. Ainda conforme o capítulo supracitado, complementado pelo artigo 26 § 3º a educação física é integrada a proposta pedagógica da escola, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar.

. Objetivos institucionais da educação Física Inclusiva no Centro de Ensino Fundamental 16 de Ceilândia:

- Propiciar atendimentos variados e interdisciplinares para que o educando com necessidades especiais desenvolva o máximo de suas habilidades e competências;
- Promover atividades lúdicas e esportivas para que os alunos portadores de necessidades especiais se desenvolvam com prazer e de forma harmoniosa;
- Promover incentivo emocional, motivação, desenvolver a responsabilidade e o respeito aos comandos dados;
- Prolongar o tempo de concentração, assim, aumentar o campo de compreensão, da memória e atenção.
- Incentivar modificações no comportamento aliado ao autocontrole na esfera dos medos, vícios ou manias.
- Conquistar independência, autonomia e desenvolver o esquema corporal, a organização espacial, a lateralidade.
- Melhorar o equilíbrio. Estimular e corrigir os reflexos posturais de equilíbrio.
- Levar o aluno a perceber a auto-imagem e buscar a auto-estima e a confiança;
- Apoiar a comunidade escolar no processo de inclusão/integração dos alunos portadores de necessidades especiais.
- Conscientizar todos os servidores que eles também são responsáveis pela integridade física e moral dos alunos.

- Promover atividades para os pais e responsáveis que ficam na escola durante o período de aula de modo a viabilizar a integração e efetiva participação dos mesmos.
- Diversificar os atendimentos por meio de atividades/projetos que estimulem o desenvolvimento global do aluno.
- Viabilizar eventos que propiciem o desenvolvimento social e a integração dos alunos com necessidades educativas especiais em diversos ambientes sociais, a saber; parques, cinemas, clubes e outros.
- Integrar todas as instâncias da comunidade escolar.
- Ampliar discussões acerca dos atendimentos nas escolas inclusivas, promovendo encontros e intercâmbios.
- Propiciar programas que estimulem a participação efetiva dos pais ou responsáveis na escola, assim como, possibilitar-lhes a aquisição de novos conhecimentos, tais como: palestras, oficinas de brinquedo, reuniões etc.
- Oportunizar atividades para que os alunos desenvolvam o máximo as suas potencialidades, por meio da promoção de atividades diversificadas conforme aptidões dos alunos.
- Realizar estudos de caso/avaliação psicopedagógica, sempre que necessário, para adequar atendimentos e horários às necessidades dos alunos.
- Viabilizar atividades que visam contribuir para o desenvolvimento e apoio no campo motor, mental, social e psicológico;
- Melhorar o ambiente, a saúde física, social e mental dos professores e servidores, viabilizando atividades físicas, artesanais e trocas de experiência.
- Proporcionar aos alunos portadores de necessidades especiais o desenvolvimento de suas potencialidades, com vistas a sua integração na sociedade, onde seja respeitado seus limites em busca de benefícios físicos, psicológicos, educativos e sociais.

## **7 - ANÁLISE DOS RESULTADOS**

O texto da Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, no seu capítulo V, no artigo 58 dispõe sobre a educação especial, afirmando ser uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Reiterando que quando necessário, haverá serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial, especificando ainda que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

"A questão da integração representa um movimento de inovação do sistema de ensino que, em princípio, já deveria existir, abrangendo as diferenças existente mesmo entre os não deficientes"  
CARNEIRO(1997, p.33).

Será que vivenciamos plenamente os preceitos instituídos há mais de 15 anos, será que as propostas não ficaram pelo caminho e as metodologias e dinâmicas que envolveram este longo caminho, não pecaram pela inconsistência de seus atos. Muitas contradições permeiam esse caráter de integração que se ressentem de um olhar mais crítico por parte das autoridades competentes e também de um amparo por parte de nossa sociedade discriminatória e segregacionista.

## **7.1 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**

As entrevistas foram transcritas e analisadas através de sua leitura e releitura minuciosa, sendo que as disposições mais relevantes para este estudo foram devidamente organizadas e serão discutidas e analisadas a seguir, colaborando assim para a construção de nossas considerações finais e possíveis conclusões acerca do tema.

Vale a pena ressaltar que a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular ainda é um tema bastante controverso no âmbito escolar, pois vários profissionais da educação se mostraram preocupadas quanto a matéria, pois se ressentem de uma qualificação específica para

realizar suas ações pedagógicas com segurança neste nicho. Essa é a primeira evidência conotada pela maioria. Relatam:

“Me sinto incompetente por não saber a forma correta de lidar com esses alunos mais que especiais.... me angustia admitir que não tenho a preparação adequada..... me cobro sempre pelos resultados não alcançados.” (Professora A)

“Alguns alunos chegam quase por imposição do sistema.... trabalho com tristeza, pois sei que não tenho condições de desempenhar minhas tarefas adequadamente.... essa sensação de impotência me faz muito mal.” (Professora C)

“O governo deveria manter cursos de atualização para professores que atendem alunos com necessidades especiais.... simplesmente jogá-los no ensino regular me parece uma irresponsabilidade.” (Professora F)

Verificando as expressões consolidadas por grande parte do corpo docente do CEF 16 fica nítida a necessidade de preparar melhor nossos professores para receber essa população com a dignidade e organização pertinente ao programa. O simples fato de incluir o aluno no contexto escolar não leva em conta a problemática criada a partir dessa inserção, é premente que haja qualificação para que as premissas suscitadas através deste remanejamento permeiem um espaço pedagógico dinâmico e acolhedor, capaz de perpassar os atos discriminatórios que habitam esse universo.

Outra vertente observada dentro da escola foi a idealização do acompanhamento psicológico dos alunos com necessidades especiais matriculados ali. Semanalmente uma psicóloga acompanha o andamento pedagógico dos discentes, privilegiando o atendimento daqueles que demonstram maiores problemas de adaptação na rede. Destaco a seguir algumas partes da entrevista com a psicóloga em questão: Relata:

“A queixa principal é a dificuldade de atenção e concentração nas atividades escolares e em casa, realização de tarefas de forma incompleta (provas e tarefas escolares) e a dificuldade de permanecer quieto.... geralmente o quociente de inteligência está acima da média e existe acentuado déficit de atenção”

“...muitas crianças apresentam dificuldades durante o desempenho qualitativo de atividades motoras dinâmicas, realizando-as com assimetria ou maiores compensações posturais.... alguns necessitam de auxílio durante as atividades de vida diária como troca de roupas, uso do toalete e banho.”

É uma insensatez colocar crianças com as mais variadas especificidades dentro de uma escola sem preparar os profissionais que as receberão.... em muitos casos me sinto como outros profissionais que aqui estão, pois não sei ao certo como devo agir em algumas situações com esses docinhos....vejo que as pessoas se esforçam para implementar atividades que auxiliem na inclusão desses alunos, porém a tarefa não é fácil.....”

A realidade encontrada no CEF 16 não difere em muito das demais escolas do Distrito Federal e por que não dizer da maioria do País. A falta de recursos e locais adaptados para esse público se junta a ineficácia e despreparo do corpo docente, que não vivência o problema por que quer, mas por não ter condições e possibilidades de se adequar ao sistema em tempo hábil, haja vista que a inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular é mais uma proposta política e utópica que se desvelou sem maiores estudos. Na teoria, segundo os entrevistados, a proposta é inovadora e tem muitos pontos positivos, porém na prática esse segmento segue no ostracismo, sendo única e exclusiva responsabilidade dos profissionais da educação, que se ressentem de qualificação para enfrentar os problemas que surgem diante desse quadro inovador.

No Brasil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 dedica um capítulo específico à educação especial, deixando claro o papel e a obrigação das instituições sobre a adequação do ensino aos alunos com necessidades especiais. Portanto, a possibilidade de flexibilidade na implementação de um processo de avaliação diferenciado e estratégias individualizadas é amplamente prevista e incentivada pelo órgão regularizador, o que poderá beneficiar o aluno durante o processo de avaliação.

Segundo alguns entrevistados a inclusão de muitos alunos com necessidades especiais não passa de uma farsa, pois nem sempre os critérios preceituados são seguidos, conforme relatos:

“Não se pode admitir uma inclusão pela metade, ou o aluno está inserido no contexto escolar e participa plenamente das atividades junto com os demais colegas, mesmo com adequações; ou simplesmente não existe inclusão.... como posso dizer que meu aluno está plenamente inserido no ambiente escolar, se ele é atendido numa sala de recursos.... muitas vezes nem sei de qual aluno estamos falando durante o conselho de classe, pois simplesmente não o vejo.”(Professor D)

“Muitos alunos não se enquadram no ensino regular..... pode ser um problema familiar, de foro íntimo, talvez até mesmo do professor que não compreende suas limitações... algo deve mudar....assim não dá!”  
(Professora A)

Em conformidade com os questionamentos descritos, algo deve ser feito para alterar esse quadro caótico, a escola deve mudar suas estruturas e serviços oferecidos, abrindo espaços conforme as necessidades de adaptações específicas para cada pessoa com deficiência a serem capazes de interagir naturalmente. Desta feita esta mudança não promoverá a discriminação e a segregação na sociedade. O aluno com necessidades especiais deve ser visto pelo seu potencial, suas habilidades entre outras inteligências e aptidões.

Outro quesito bastante questionado pelos entrevistados se refere a falta de materiais e espaços propícios para as práticas educativas escolares que não só dificultam as incursões pedagógicas com alunos com necessidades especiais, mas infere também um problema recorrente que atinge toda a população escolar como segue nos relatos:

“Dispomos de condições mínimas para essas práticas, visto que o governo não atenta como deveria para essa área! Estamos prejudicados por falta de recursos e materiais destinados a esse fim. Mesmo assim usando a criatividade podemos confeccionar materiais úteis para desenvolver o trabalho lúdico de uma forma que consigamos atender as necessidades dos alunos.... falta materiais necessários e local adaptado para o desenvolvimento de um trabalho mais qualificado.” (Professor B)

“Tenho materiais para utilizar nas minhas aulas.. Porém creio que o governo poderia equipar a escola com melhores, visando também a melhoria dos discentes. Quando se faz necessário um atendimento especial, se requer uma ótica e tratamento diferenciado por parte dos governantes e da sociedade.” (Professor G)

Mesmo com os avanços na inclusão dos Portadores de Necessidades Especiais, ainda há um longo caminho a ser percorrido, apenas engatinhamos quando olhamos os fatos de dentro prá fora, mesmo que estejamos vivendo numa era de progressos avassaladores, persistem as barreiras que impedem o acesso, o convívio e a permanência dessas pessoas no espaço escolar.

## **7.2 – REALIDADE DA ESCOLA**

Mesmo sem contar com a quantidade necessária de profissionais plenamente habilitados para absorver a grande demanda de alunos com necessidades especiais que estão regularmente matriculados na instituição, o corpo docente, impulsionado pela figura marcante de seu diretor procura incessantemente soluções plausíveis para manter os alunos num clima aprazível e enriquecedor no campo do saber.

O CEF 16 investe na educação das pessoas com necessidades educativas especiais, proporcionando-lhes a oportunidade de ultrapassar barreiras econômicas, sociais e culturais, com intuito de contribuir pela qualidade de vida e valorização do ser humano pela vivência e exercício pleno da cidadania.

Dada às especificidades dos alunos, há a necessidade de diversos recursos materiais e profissionais capacitados com intuito de melhor atender esses discentes. Os professores almejam cursos e orientações específicas, o que nem sempre é disponibilizado. Segundo a direção é de fundamental importância que o Centro de Ensino Fundamental 16 e demais escolas complemente seu quadro de profissionais com fonoaudiólogo, fisioterapeuta, assistente social, ou que se firmem convênios com entidades específicas.

A Escola trabalha com o currículo do ensino fundamental, além de respeitar o limite dos alunos, fazendo quando necessário às adaptações curriculares e ou trabalhando com o currículo funcional, isso dependendo da área de atendimento e necessidade dos discentes.

Os atendimentos pedagógicos são adequados sem entretanto, ignorar o nível de desenvolvimento e comprometimento físico e mental do aluno. O eixo de trabalho é o desenvolvimento de habilidades e competências a partir de vivências relevantes à realidade da comunidade escolar.

Os fins e princípios norteadores estabelecidos pelo CEF 16 de Ceilândia para orientar a prática educativa foram definidos em consonância com as regulamentações da Constituição Federal de 1988 e as Leis de Diretrizes e Base vigente.

A equipe do CEF 16 entende a escola como um espaço polissêmico e multidimensional, no qual diversos sentidos e significados são construídos diariamente. A equipe trabalha respeitando as dimensões cognitivas, afetivas, psicomotoras e sociais dos alunos, criando espaços de desenvolvimento e

socialização, nos quais se sintam efetivamente valorizados em sua diversidade. Objetivando desenvolver potencialidades de modo que os alunos atuem como cidadãos e sejam respeitados como tal. Entendendo a Educação Especial não como um sistema paralelo ao sistema regular, mas sim, como uma modalidade de educação que permeia todos os níveis educacionais. Desse modo, sua proposta de atendimento é, à medida do possível, seguir as orientações do currículo da educação básica, com as devidas adaptações, conforme assegura a LDB 9394/96 em seu capítulo V e a Resolução n.º 1 de 26 de Agosto de 2003 do CEDF.

A atenção do Profissional de Educação Física pelo trabalho com portadores de deficiência é relativamente nova, assim como faz pouco tempo que a sociedade como um todo começou a encarar a questão. Os cursos de graduação ainda estão formando sua base teórica, porém, uma série de acontecimentos produz uma mudança gradativa na maneira de encarar e tratar o portador de deficiência, para o qual a atividade física pode significar melhores condições de vida e maior inserção social. Uma série de instrumentos legais visa dar garantias aos portadores de deficiências, havendo leis específicas por tipo de deficiência. No geral, a Constituição Federal de 1988 lhes assegura a plena inserção.

A Educação Física tem muito a oferecer às pessoas portadoras de diversos tipos de deficiência, nas mais variadas formas de atividade. Seguramente, é capaz de promover a maior integração social do deficiente, provocando seu interesse pelo Esporte e pela própria graduação profissional na vida econômica e social e o total desenvolvimento de suas potencialidades.

Até então, não é exagero dizer que as severas limitações físicas confinavam a maioria dos deficientes como camada excluída da sociedade. Vistos como seres sem potencialidade, eram marginalizados em todos os campos sociais. Diante da falta de qualquer estímulo, viam-se os próprios deficientes como excluídos, a começar pelas barreiras arquitetônicas, sem uma verdadeira percepção corporal de suas capacidades.

Hoje, nem tudo são flores, mas esta transformação vem ocorrendo aos poucos e com muita luta, mas já aponta num sentido de reconhecimento social do portador de deficiência, antes impensável – era visto mais como um doente incurável. A Educação Física, portanto, vem despertando aos poucos para a



sua importância fundamental no trabalho com o deficiente. Faz pouco tempo que nossas universidades deram início à formação de uma base teórica para esse trabalho, e cursos de especialização ainda são oferecidos em pequeno número e nem sempre com continuidade.

A atividade física, em níveis variados, tem ajudado portadores de deficiência a adquirir não só maior mobilidade: resgatando também sua auto-estima, seu equilíbrio emocional. Mesmo deficientes físicos com mobilidade reduzidíssima podem praticar esportes, sob a tutela de Profissionais qualificados e habilitados.

### **7.3 – ATENDIMENTOS DA ESCOLA**

Componentes e conjunto de áreas de conhecimento que atendem a atividade física inclusiva no Centro de Ensino Fundamental 16 de Ceilândia.

- ◆ Diferenças individuais no crescimento humano, desenvolvimento e funções incluindo as bases neurológicas da função motora.
- ◆ Relações de atitude interpessoal e teorias da comunicação.
- ◆ Direitos humanos.
- ◆ Fundamentos científicos da adaptação, incluindo biomecânica, fisiologia do exercício e teorias do controle motor.

Amparados no capítulo V da LDB 9394/96 em seu art. 59 inciso I, que assegura organização específica aos educandos com necessidades educativas especiais, alguns alunos, dado ao comprometimento, possuem o horário diferenciado baseado em Estudo de Caso e apoio do conselho escolar e dos pais. Ainda conforme o capítulo supracitado, complementado pelo artigo 26 § 3º a educação física é integrada a proposta pedagógica da escola, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar.

. Objetivos institucionais da educação Física Inclusiva no Centro de Ensino Fundamental 16 de Ceilândia:

- Propiciar atendimentos variados e interdisciplinares para que o educando com necessidades especiais desenvolva o máximo de suas habilidades e competências;
- Promover atividades lúdicas e esportivas para que os alunos portadores de necessidades especiais se desenvolvam com prazer e de forma harmoniosa;
- Promover incentivo emocional, motivação, desenvolver a responsabilidade e o respeito aos comandos dados;
- Prolongar o tempo de concentração, assim, aumentar o campo de compreensão, da memória e atenção.
- Incentivar modificações no comportamento aliado ao autocontrole na esfera dos medos, vícios ou manias.
- Conquistar independência, autonomia e desenvolver o esquema corporal, a organização espacial, a lateralidade.
- Melhorar o equilíbrio. Estimular e corrigir os reflexos posturais de equilíbrio.
- Levar o aluno a perceber a auto-imagem e buscar a auto-estima e a confiança;
- Apoiar a comunidade escolar no processo de inclusão/integração dos alunos portadores de necessidades especiais.
- Conscientizar todos os servidores que eles também são responsáveis pela integridade física e moral dos alunos.
- Promover atividades para os pais e responsáveis que ficam na escola durante o período de aula de modo a viabilizar a integração e efetiva participação dos mesmos.
- Diversificar os atendimentos por meio de atividades/projetos que estimulem o desenvolvimento global do aluno.
- Viabilizar eventos que propiciem o desenvolvimento social e a integração dos alunos com necessidades educativas especiais em diversos ambientes sociais, a saber; parques, cinemas, clubes e outros.
- Integrar todas as instâncias da comunidade escolar.
- Ampliar discussões acerca dos atendimentos nas escolas inclusivas, promovendo encontros e intercâmbios.

- Propiciar programas que estimulem a participação efetiva dos pais ou responsáveis na escola, assim como, possibilitar-lhes a aquisição de novos conhecimentos, tais como: palestras, oficinas de brinquedo, reuniões etc.
- Oportunizar atividades para que os alunos desenvolvam o máximo as suas potencialidades, por meio da promoção de atividades diversificadas conforme aptidões dos alunos.
- Realizar estudos de caso/avaliação psicopedagógica, sempre que necessário, para adequar atendimentos e horários às necessidades dos alunos.
- Viabilizar atividades que visam contribuir para o desenvolvimento e apoio no campo motor, mental, social e psicológico;
- Melhorar o ambiente, a saúde física, social e mental dos professores e servidores, viabilizando atividades físicas, artesanais e trocas de experiência.
- Proporcionar aos alunos portadores de necessidades especiais o desenvolvimento de suas potencialidades, com vistas a sua integração na sociedade, onde seja respeitado seus limites em busca de benefícios físicos, psicológicos, educativos e sociais.

## **8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dados apresentados no decorrer da coleta inferem que os alunos com necessidades especiais se ressentem das brincadeiras em grupo, que ficam restritas as referenciadas pelos professores e o que é pior, apenas no ambiente escolar. Poucos são aqueles que tem a companhia de amigos na realização de suas atividades lúdicas fora do contexto escolar, estando quase sempre na solidão de seus pensamentos, o que remete o aluno a pequenos problemas relacionais no seu cotidiano. Tais limitações somadas as variadas deficiências que já lhe são impostas, comprometem sua plena inclusão na escola e porque não dizer na sociedade.

As limitações inerentes a cada especificidade enfrentada pelos alunos portadores de necessidades especiais que estão matriculados no CEF 16, muitas vezes impedem os mesmos de permear uma situação de liderança, pois

a dura realidade que lhes é apresentada, acaba por conter a busca íntima pela igualdade entre os discentes, que de alguma forma se ressentem de autonomia, fixando bases sólidas de protecionismo familiar ou por parte de alguma pessoa em especial.

O porto seguro desses alunos ainda está na relação quase que umbilical entre a família e os poucos amigos e fica explícita nas atitudes e comportamentos. Assim os maiores incentivadores nesse processo de inclusão e interação ainda são os pais e responsáveis que não só frequentam as reuniões escolares, como são presença quase que diária na escola. Quanto a cooperação dos discentes nas aulas de educação física ela está relacionada intimamente aos critérios que o professor utiliza em suas aulas, em situações que envolvem jogos cooperativos eles começam a adentrar as atividades timidamente, mas logo já se mostram interagidos com o ambiente; já nas atividades que envolvem a competição os mesmos se sentem aliados do processo e preferem as atividades propostas na sala de recursos. Desta forma as atividades prediletas deste grupo ainda são as recreativas e as cooperativas.

A luta pela inclusão dos alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino é um tema recorrente que permeia um universo nebuloso nos segmentos familiares, educacionais e sociais, portanto abordar a inclusão não se mostra uma tarefa fácil, todavia é necessária, pra não dizer urgente. Os paradigmas que envolvem a questão acabam por cercear o direito adquirido de milhões de pessoas que habitam a margem de nossa sociedade em virtude de uma política utópica que sabe como ninguém que o problema existe e os meios para enfrentá-lo estão aí, no entanto cruzam os braços e deixam essa fatia da sociedade a mercê da própria sorte. Incluir não significa colocar o aluno na escola sem dar condições necessárias de permanecer e usufruir da assistência educacional, mas sim criar um suporte pedagógico, além de um ensino de qualidade que desenvolva de forma tridimensional as suas potencialidades, sejam elas: cognitivas, motoras e afetivo-sociais.

Alguns índices sinalizam para um avanço na inclusão dos alunos com necessidades especiais tanto na escola, quanto na sociedade. Amparados pelas leis que asseguram a presença das pessoas com necessidades especiais nas escolas de ensino regular, alguns já gozam destas benesses, no

entanto apesar destes avanços ainda encontramos muitas barreiras que impedem o acesso, a permanência e o convívio destas pessoas de forma efetiva no espaço escolar, como também em todos os segmentos de nossa sociedade.

## 9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Édison. **Educação inclusiva: um estudo na área da educação física.** Rev. bras. educ. espec. [online]. 2005, vol.11;

BARSAND, Cláudia de Leucas. **Educação física e inclusão.** Revista Presença Pedagógica, Editora Dimensão-mar, abril 2012, v.18, n.104. Belo Horizonte, MG.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez.1996.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 16 jul.1990; retificado em: 27 nov. 1990.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.436 p.

BRASILIA. Secretaria de Educação à Distância. **Salto para o futuro: Educação Especial: tendências atuais,** Ministério da Educação, SEED, 1999. 96p. – (Série de estudos. Educação à Distância, ISSN. 1516 – 2076; v. 9) II série

CARNEIRO, Rogéria. **Sobre a Integração de Alunos Portadores de Deficiência no Ensino Regular.** Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC, 1997.

FERREIRA, Vanja. **Educação Física Adaptada, Atividades Especiais.** Editora Sprint. ed.1, 2010. p.02-80.

FONSECA, Vitor da, **Educação especial: programa de estimulação precoce** – Uma introdução às ideias de Feuerstein, Editora Artes Médicas. ed.2, Porto Alegre: 1995.

LEUCAS, Cláudia Barsand de; Educação física e inclusão. **Presença Pedagógica**. V.18 n104. Abril 2012.

PCNS- **Parâmetros curriculares nacionais**: educação física/secretaria de educação fundamental. Volume 7. Brasília: MEC/SEF, 1997.

GLAT, Rosana de et.al(sd). **Uma breve reflexão sobre o papel da educação especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino**. Rev. bras. educ. espec. [online]. 2007, vol.32.

MONTEIRO, Jeane Alves; Silva Magna Sales. A importância da atividade física para os deficientes físicos. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 15. N.148, set. 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd148/atividade-fisica-para-os-deficientes-fisicos.htm>.

STRAPASSON, Aline Miranda; CARNIEL Franciele. A educação física na educação especial. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 11. N.14, jan. 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd104/educacao-fisica-especial.htm>.

ADAMS, R; DANIEL, A; Mc CUBBIN, J. **Jogos, Esportes e Exercícios para o Deficiente Físico**. Trad. de Ângela Marx. 3.ed. São Paulo: Manole, 1985.

**A Educação Especial no Contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

GORGATTI, M. G.; COSTA R. F. **Atividade física adaptada**. São Paulo: Manole, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 4ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ROSADAS, S. C. de. **Atividade Física Adaptada e Jogos Esportivos para o Deficiente. Eu posso. Vocês duvidam?** Rio de Janeiro / São Paulo: Atheneu, 1989.

WINNICK. J.P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. 3 ed. Barueri - SP: Manole, 2004.

CARVALHO, R. **A Nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro, WVA, 1998.

MARQUEZINE, M.C. et alli. *Perspectivas multidisciplinares em educação especial*. Londrina; UEL, 1998.



## 10 - ANEXOS

### QUESTIONÁRIO 1

Nome:

.....

..

Idade: ..... Sexo :  
.....

Série: ..... Sua deficiência.....

- |   |         |         |              |
|---|---------|---------|--------------|
| Brinca em grupo                             | ( ) Sim | ( ) Não | ( ) Às vezes |
| Brinca com alguém                           | ( ) Sim | ( ) Não | ( ) Às vezes |
| Brinca sozinho                              | ( ) Sim | ( ) Não | ( ) Às vezes |
| Precisa de alguns limites                   | ( ) Sim | ( ) Não | ( ) Às vezes |
| Demonstra liderança                         | ( ) Sim | ( ) Não | ( ) Às vezes |
| É protetora em relação aos colegas          | ( ) Sim | ( ) Não | ( ) Às vezes |
| Seus pais participam das reuniões escolares | ( ) Sim | ( ) Não | ( ) Às vezes |
| Coopera nas aulas de E.F                    | ( ) Sim | ( ) Não | ( ) Às vezes |
| Tem especial interesse por                  | .....   |         |              |

1-Como se processa a relação do aluno portador de necessidades especiais com outro aluno não portador de necessidades especiais?

.....

.....

.....

.....

2-Qual foi a maior dificuldade que o aluno "especial" encontrou na instituição educacional? Como ocorreu a sua superação?

.....  
.....  
.....  
.....

3-Quando há necessidade de fazer um trabalho em grupo como o aluno especial se comporta?

.....  
.....  
.....  
.....

## QUESTIONÁRIO 2

1 - Quais as condições e materiais estão ao seu dispor para suas práticas pedagógicas com os portadores de necessidades especiais?

2 - Que métodos motivacionais são utilizados para incentivar os seus alunos nas aulas?

3 - Como é trabalhada na escola a parte psicológica dos alunos?

4 - Quais os problemas mais frequentes nas aulas?

5 - Quais as necessidades especiais estão mais presentes na escola?

6 - Qual o grau de satisfação dos alunos, diante das práticas aplicadas na escola?

.

7 - Qual a importância da política nacional de educação física especial?

8 - Quais as principais atividades desenvolvidas na educação física inclusiva?

9 - Em suas aulas você trabalha a psicomotricidade dos alunos?

10 – Quais os métodos mais utilizados nas suas aulas?

11 – Dentre as atividades físicas desenvolvidas neste colégio para os portadores de necessidades especiais, qual considera a mais importante para os alunos?

12 - O que é a Educação ou Atividade Física Inclusiva?

13 – Como está caminhando a Educação Física Inclusiva no País?